



MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Brasil, 1431 –centro– CEP 85.71-000
CNPJ 75.927.582/0001-55
– Telefone: (46) 35638000

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

INTRODUÇÃO

Conforme a Lei nº 14.133, de 2021, o Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Oficialização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

Neste sentido, o presente documento contempla estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade especificada no documento de formalização da demanda anexo, e tem por finalidade estudá-la detalhadamente e identificar a melhor solução existente no mercado para supri-la, em conformidade com as normas e princípios que regem a Administração Pública.

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A contratação de exames laboratoriais tais exames são necessários para diagnósticos de diversas patologias, e os mesmos não possui nenhuma empresa credenciados pelo CONSUD (Consórcio Intermunicipal de Saúde) impossibilitando a autorização pelo município. A contratação deste serviço possibilita mais precisão de diagnóstico, com uma maior agilidade e eficiência.

ALINHAMENTO COM PCA

A contratação pretendida encontra amparo no planejamento de contratações do órgão, PCA - Plano de Contratação Anual, já que ocorrem todos os anos, sendo a quantificação vinculada a média utilizada nos últimos anos, assim como a qualificação dos itens a serem adquiridos.

2 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para que o prestador de serviço seja contrato, é fundamental que siga às especificações detalhadas no Termo de Referência, bem como a documentação esteja de acordo. Isso garante que tudo esteja alinhado com o que foi solicitado no edital, assegurando a qualidade e a conformidade necessárias para o projeto.

Sendo documentos Técnicos Da Empresa Para Habilitação:

- Alvará de Funcionamento, Licença ou Dispensa Sanitária atualizada, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal da sede da licitante, ou órgão competente, de acordo com o Código Sanitário e legislação complementar.
- Atestado de Capacidade Técnica fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa já prestou ou presta serviços idênticos ou similares aos do objeto da presente licitação, de maneira satisfatória e nos prazos estabelecidos.

Bem como Documentos Técnicos Para Aceitação Da Proposta:

- Contatos de email, valido, para assuntos burocraticos de licitação, pedido e faturamento, bem como contato de whatsapp da empresa.

Ressaltamos que o prestador poderá disponibilizar um profissional para coleta nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde ou em seus laboratórios, de acordo com o acordado com a Secretaria Municipal de Saúde.



MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
ESTADO DO PARANÁ

Avenida Brasil, 1431 –centro– CEP 85.71-000
 CNPJ 75.927.582/0001-55
 – Telefone: (46) 35638000

3 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A quantidade prevista neste processo é de acordo com algumas demandas já recebidas anteriormente em busca espontânea da população. Ressaltamos que, os mesmos não estão disponibilizados através do CONSUD e alguns nem na tabela SIGTAP.

Item	Relação de Itens	Quantidade
1	AMILASE PANCREATICA	200
2	ANTICORPOS ANTI-TIREOESTIMULANTE (TSI)	100
3	CARBONATO	100
4	CREATINA QUINASE (CKMB)	150
5	DOSAGEM DE GLICOSE URINARIA	100
6	DOSAGEM DE PROLACTINA	100
7	ELETROFORESE DE PROTEINAS	100
8	RADIOIMUNOENSAIO DE INSULINA	50
9	REAÇÃO DE POLIMERASE (PCR)	100
10	TESTE DE PATERNIDADE (DNA)	30
11	INFLUENZA A/B	300
12	PERFIL VIRAL	300
13	GAD	50
14	ANTI ILHOTA	100
15	ANTICORPOS ZnT8	50
16	ANATOMO PATOLOGICO	200
17	TACROLIMUS	50
18	IGE RAST (I71) - INSETOS - MOSQUITO COMUM	80
19	IGE ESPECÍFICO (F93) - ALIMENTOS - CACAU	80
20	IGE ESPECÍFICO (D1) - ÁCAROS - D.PTERONYSSIN	80



MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE ESTADO DO PARANÁ

Avenida Brasil, 1431 –centro– CEP 85.71-000
CNPJ 75.927.582/0001-55
– Telefone: (46) 35638000

21	IGE PAINEL (HX2) - PÔ DE CASA	80
22	IGE ESPECÍFICO (I1) - VENENOS - ABELHA	80
23	IGE ESPECÍFICO (K82) - OCUPACIONAIS – LATEX	80
24	IGE ESPECÍFICO (F92) - BANANA	80
25	IGE ESPECÍFICO MELÃO	80
26	IGE ESPECÍFICO (F329) - ALIMENTOS - MELANCIA	80
27	IGE ESPECÍFICO (F44) - MORANGO	80
28	IGE ESPECÍFICO (F25) - ALIMENTOS - TOMATE	80
29	IGE ESPECÍFICO (F2) - ALIMENTOS - LEITE	80
30	IGE ESPECÍFICO - CASEÍNA (F78)	80
31	IGE PAINEL (GX2) - GRAMÍNEAS	80
32	IGE RAST MANGA	80
33	TROPONINA CARDÍACA QUANTITATIVA	200
34	CK-MB MASSA	200
35	MIOGLOBINA	100
36	CK-TOTAL	200

4 LEVANTAMENTO DE MERCADO

É importante destacar que a pesquisa/levantamento de mercado deve ser feita de maneira diligente, buscando sempre obter informações precisas e atualizadas. Isso garantirá uma estimativa de custos mais realista e ajudará na tomada de decisão quanto à viabilidade econômica do projeto ou contrato.

Logo, a aquisição objeto do presente Estudo Técnico Preliminar se constitui, no atual cenário, em objeto de frequente aquisição por órgãos públicos, em todas as suas esferas.

5 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Foram analisadas junto ao consórcio do CONSUD onde não foi localizado a disponibilização destes exames, consultado também a tabela SIGTAP onde não possui base de valores para base de valor e assim, foi realizado pesquisa de mercado junto a prestadores do serviço dentro do município. Efetivamente, para tanto foi utilizado cotações/orçamentos de empresas fornecedoras do ramo.



MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Brasil, 1431 –centro– CEP 85.71-000
CNPJ 75.927.582/0001-55
– Telefone: (46) 35638000

Assim, valor estimado da contratação é de R\$ 298.154,75 (duzentos e noventa e oito mil, cento e cinquenta e quatro reais e setenta e cinco centavos), conforme tabela do item 3 do presente Estudo Técnico Preliminar, valores que foram obtidos através da media de preços após cotação com empresas privadas e media do bancos de preços.

Item	Relação de Itens	Quantidade	Valor Estimado	Valor Total
1	AMILASE PANCREATICA	200	R\$ 8,50	R\$ 1.700,00
2	ANTICORPOS ANTI-TIREOESTIMULANTE (TSI)	100	R\$ 15,00	R\$ 1.500,00
3	CARBONATO	100	R\$ 18,50	R\$ 1.850,00
4	CREATINA QUINASE (CKMB)	150	R\$ 12,33	R\$ 1.850,00
5	DOSAGEM DE GLICOSE URINARIA	100	R\$ 8,50	R\$ 850,00
6	DOSAGEM DE PROLACTINA	100	R\$ 25,00	R\$ 2.500,00
7	ELETROFORESE DE PROTEINAS	100	R\$ 33,33	R\$ 3.333,33
8	RADIOIMUNOENSAIO DE INSULINA	50	R\$ 40,50	R\$ 2.025,00
9	REAÇÃO DE POLIMERASE (PCR)	100	R\$ 90,67	R\$ 9.066,67
10	TESTE DE PATERNIDADE (DNA)	30	R\$ 376,67	R\$ 11.300,00
11	INFLUENZA A/B	300	R\$ 106,66	R\$ 31.998,00
12	PERFIL VIRAL	300	R\$ 150,00	R\$ 45.000,00
13	GAD	50	R\$ 151,67	R\$ 7.583,33
14	ANTI ILHOTA	100	R\$ 77,33	R\$ 7.733,33
15	ANTICORPOS ZnT8	50	R\$ 1.382,44	R\$ 69.121,75
16	ANATOMO PATOLOGICO	200	R\$ 83,33	R\$ 16.666,67
17	TACROLIMUS	50	R\$ 154,33	R\$ 7.716,67
18	IGE RAST (I71) - INSETOS - MOSQUITO COMUM	80	R\$ 35,00	R\$ 2.800,00
19	IGE ESPECÍFICO (F93) - ALIMENTOS - CACAU	80	R\$ 35,00	R\$ 2.800,00
20	IGE ESPECÍFICO (D1) - ÁCAROS - D.PTERONYSSIN	80	R\$ 31,00	R\$ 2.480,00



MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE ESTADO DO PARANÁ

Avenida Brasil, 1431 –centro– CEP 85.71-000
CNPJ 75.927.582/0001-55
– Telefone: (46) 35638000

21	IGE PAINEL (HX2) - PÓ DE CASA	80	R\$ 35,00	R\$ 2.800,00
22	IGE ESPECÍFICO (I1) - VENENOS - ABELHA	80	R\$ 35,00	R\$ 2.800,00
23	IGE ESPECÍFICO (K82) - OCUPACIONAIS – LATEX	80	R\$ 35,00	R\$ 2.800,00
24	IGE ESPECÍFICO (F92) - BANANA	80	R\$ 35,00	R\$ 2.800,00
25	IGE ESPECÍFICO MELÃO	80	R\$ 59,00	R\$ 4.720,00
26	IGE ESPECÍFICO (F329) - ALIMENTOS - MELANCIA	80	R\$ 55,00	R\$ 4.400,00
27	IGE ESPECÍFICO (F44) - MORANGO	80	R\$ 34,00	R\$ 2.720,00
28	IGE ESPECÍFICO (F25) - ALIMENTOS - TOMATE	80	R\$ 35,00	R\$ 2.800,00
29	IGE ESPECÍFICO (F2) - ALIMENTOS - LEITE	80	R\$ 37,67	R\$ 3.013,33
30	IGE ESPECÍFICO - CASEÍNA (F78)	80	R\$ 31,00	R\$ 2.480,00
31	IGE PAINEL (GX2) - GRAMÍNEAS	80	R\$ 38,33	R\$ 3.066,67
32	IGE RAST MANGA	80	R\$ 46,00	R\$ 3.680,00
33	TROPONINA CARDÍACA QUANTITATIVA	200	R\$ 75,67	R\$ 15.133,33
34	CK-MB MASSA	200	R\$ 22,33	R\$ 4.466,67
35	MIOGLOBINA	100	R\$ 79,00	R\$ 7.900,00
36	CK-TOTAL	200	R\$ 13,50	R\$ 2.700,00
Total Geral				R\$ 298.154,75

6 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução envolve a contratação de serviços de coleta e análise de exames laboratoriais, sendo que a empresa credenciada deverá disponibilizar o profissional para coleta nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde, bem como, quando necessário coletar em seu próprio espaço físico. A empresa contratada será responsável por todos os aspectos operacionais e administrativos relacionados à prestação dos serviços, assegurando a manutenção contínua da qualidade e o cumprimento dos prazos estabelecidos.

7 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Em regra, conforme disposições estabelecidas na alínea b, inciso V, do art. 40 da Lei n.º 14.133/21, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente



MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE ESTADO DO PARANÁ

Avenida Brasil, 1431 –centro– CEP 85.71-000
CNPJ 75.927.582/0001-55
– Telefone: (46) 35638000

viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

Considerando as especificidades do presente objeto a demanda será parcelada, haja visto, se comprovarem ser técnica e economicamente viável, com vistas a propiciar o melhor aproveitamento do mercado e a ampliação da competitividade.

8 - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Tais exames são necessários para diagnósticos de diversas patologias, e os mesmos não possui nenhuma empresa credenciados pelo CONSUD (Consórcio Intermunicipal de Saúde) impossibilitando a autorização pelo município. A contratação deste serviço possibilita mais precisão de diagnóstico, com uma maior agilidade e eficiência.

9 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

A presente aquisição requer providencias previas, sendo que deverá obter a aprovação interna de todas as partes envolvidas, muitas vezes através de assinaturas ou aprovações formais, assim será necessária a análise de prospecto ou catálogo que especifique o produto de forma integral. Contudo, analisado o prospecto, e este não satisfaça ou especifique o produto indicado, poderá ser solicitado então, a amostra do produto para análise da Comissão de Avaliação.

10– CONTRATAÇÕES CORRELATO-INTERDEPENDENTES

Não se aplica, o presente processo independe de outras contratações.

11 – IMPACTOS AMBIENTAIS

Os principais impactos ambientais dos gêneros e materiais adquiridos podem estar associados tanto ao processo produtivo, como à geração de efluentes, ao próprio uso dos produtos ou mesmo à geração de resíduos de embalagem pós-uso.

Os riscos de impactos ocasionados devido à produção nas indústrias, as empresas deverão atentar para as práticas de mitigação dos impactos na produção, em como as lei e Resoluções que orientam a produção sustentável dessas atividades.

Que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

12 – POSICIONAMENTO SOBRE A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente estudo técnico preliminar evidencia que a contratação de prestador de serviço especializada no na coleta e análise de exames laboratoriais da Secretaria Municipal de Saúde através do processo licitatório se mostra tecnicamente viável e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, **DECLARO SER VIÁVEL** a contratação pretendida.

Santo Antonio do Sudoeste – PR, Data 30 de Outubro 2024.

CAMILA REGINA RODRIGUES:05211357965
11357965
CAMILA REGINA RODRIGUES
Secretária Municipal de Saúde

Assinado de forma digital
por CAMILA REGINA
RODRIGUES:05211357965
Dados: 2024.10.30 14:55:24
-03'00'



MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE ESTADO DO PARANÁ

Avenida Brasil, 1431 –centro– CEP 85.71-000

CNPJ 75.927.582/0001-55

E-mail: licitacao1@pmsas.pr.gov.br – Telefone: (46) 35638000

TERMO DE REFERÊNCIA – TR

INTRODUÇÃO

Conforme a Lei nº 14.133, de 2021, o Termo de Referência é o documento necessário para a contratação de bens que deve conter determinados parâmetros e elementos descritivos.

Tal exigência se torna explícita no **Art. 6º, inciso XXIII, alíneas de ‘a’ a ‘j’**.

Em conformidade com as normas e princípios que regem a Administração Pública, para tanto apresentamos o pertinente Termo.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (Art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘a’, da Lei nº 14.133/2021).

Chamada Pública tem por finalidade o CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS INTERESSADAS EM EFETUAR SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS PARA OS PACIENTES ENCAMINHADOS PELA REDE PÚBLICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ABRANGENDO OS SERVIÇOS DESCRITOS NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO IX).

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘b’, da Lei nº 14.133/2021).

Tais exames são necessários para diagnósticos de diversas patologias, e os mesmos não possui nenhuma empresa credenciados pelo CONSUD (Consórcio Intermunicipal de Saúde) impossibilitando a autorização pelo município. A contratação deste serviço possibilita mais precisão de diagnóstico, com uma maior agilidade e eficiência.

Ressaltamos que, foi realizado a cotação de prestador de serviço local para melhor agilidade nos exames, bem como, a base de tabela SUS esta muito desatualizada e nem no chamamento do Consórcio Intermunicipal de Saúde (CONSUD) não há prestadores de serviços credenciados com os preços ali praticados, justificando a necessidade de cotação de preços de fornecedor.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO. (Art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’, da Lei nº 14.133/2021). (Art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’, da Lei nº 14.133/2021).

A solução envolve a contratação de serviços de coleta e análise de exames laboratoriais, sendo que a empresa credenciada deverá disponibilizar o profissional para coleta nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde, bem como, quando necessário coletar em seu próprio espaço físico. A empresa contratada será responsável por todos os aspectos operacionais e administrativos relacionados à prestação dos serviços, assegurando a manutenção contínua da qualidade e o cumprimento dos prazos estabelecidos.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘d’, da Lei nº 14.133/2021)

A empresa deve comprovar experiência na prestação de serviços similares, com apresentação de atestados de capacidade técnica, possuir um quadro de profissionais qualificados e treinados, conforme as especificações das atividades a serem desempenhadas.

Cumprimento das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO, QUE CONSISTE NA DEFINIÇÃO DE COMO O CONTRATO DEVERÁ PRODUZIR OS RESULTADOS PRETENDIDOS DESDE O SEU INÍCIO ATÉ O SEU ENCERRAMENTO. (Art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘e’, da Lei nº 14.133/2021).

5.1. DAS OBRIGAÇÕES

São obrigações da CONTRATADA:

a) Executar o objeto previsto na cláusula primeira de acordo com as condições estabelecidas neste Contrato;



MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
ESTADO DO PARANÁ

Avenida Brasil, 1431 –centro– CEP 85.71-000

CNPJ 75.927.582/0001-55

E-mail: licitacao1@pmsas.pr.gov.br – Telefone: (46) 35638000

b) Realizar serviços com profissionais especializados, cada qual em sua especialidade, devidamente capacitados para a função, responsabilizando-se por negligência ou imperícia dos mesmos.

c) Responsabilizar-se, civil e penalmente, por todo e qualquer dano causado, direta ou indireta ao CONTRATANTE ou a prepostos seus ou a terceiros, em função da execução deste Contrato, decorrentes de sua culpa ou dolo;

d) Manter durante todo o período de vigência contratual, todas as condições demonstradas para a habilitação efetuada, que poderão ser solicitadas a qualquer momento pelo CONTRATANTE.

3.2. Correrão por conta da CONTRATADA:

a) Todos os salários devidos aos seus empregados em razão da execução do presente Contrato;

b) Alimentação, transporte e hospedagem dos seus empregados;

c) Todos os tributos (contribuições previdenciárias, seguro de acidentes de trabalho e responsabilidade civil, direito trabalhistas e outros);

d) Uniformes e crachás de identificação com as quais os mesmos deverão portar nos respectivos postos de trabalho, bem como todos os EPI's e EPC's, necessários, conforme legislação vigente;

3.3. Durante a execução dos serviços e até sua conclusão correrão, exclusivamente, por conta e risco da CONTRATADA, as consequências de:

a) Sua negligência, imperícia ou imprudência;

b) Imperfeição ou insegurança;

c) Furto, perda, roubo ou avaria de materiais, equipamentos ou instalações do CONTRATANTE;

d) Ato ilícito seu, de seus empregados, prepostos ou de terceiros e subcontratados;

e) Acidentes de qualquer natureza, com materiais, equipamentos, empregados seus ou de terceiros, observando rigorosamente a legislação de segurança do trabalho, especialmente no que tange à obrigatoriedade de utilização dos EPI's (Equipamento de Proteção Individual) e EPC's (Equipamento de Proteção Coletiva).

f) Substituição imediata de qualquer profissional, sempre que houver afastamento do serviço ou a pedido do CONTRATANTE.

3.3.1. Tais fatos poderão ser considerados como inadimplemento contratual, sujeitando a CONTRATADA às sanções cabíveis, inclusive às previstas na Cláusula Oitava deste instrumento.

5.2. Prazo contratual

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato.

5.3. Prazo contratual

O prazo poderá ser prorrogado por até 10(dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. DO PRAZO, FORMA E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

Os serviços deverão ser prestados de acordo com as solicitações da Secretaria solicitante, no local e horário solicitado pela demandante e terá o prazo máximo de 24 horas para dar início a cada prestação de serviço solicitado.



MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Brasil, 1431 –centro– CEP 85.71-000

CNPJ 75.927.582/0001-55

E-mail: licitacao1@pmsas.pr.gov.br – Telefone: (46) 35638000

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO, QUE DESCREVE COMO A EXECUÇÃO DO OBJETO SERÁ ACOMPANHADA E FISCALIZADA PELO ÓRGÃO OU ENTIDADE. (Art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘f’, da Lei nº 14.133/2021).

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se



MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
ESTADO DO PARANÁ

Avenida Brasil, 1431 –centro– CEP 85.71-000

CNPJ 75.927.582/0001-55

E-mail: licitacao1@pmsas.pr.gov.br – Telefone: (46) 35638000

for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

FISCAL: KARINA EMILIA SCOPEL BUGANÇA

Telefone: 46 3563-8002

GESTOR: JOÃO MARIA DE SOUZA BOENO

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (Art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘g’, da Lei nº 14.133/2021).

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias conforme medição após a finalização do serviço prestado e emissão de empenho, mediante ordem bancária para a conta corrente indicada pelo contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘h’, da Lei nº 14.133/2021).

A seleção de fornecedores será através de Chamamento Público para credenciamento, onde os interessados poderão ser credenciar para prestar os serviços.

8.1 CRITÉRIO PARA DISTRIBUIÇÃO DE DEMANDA E ORDEM DE CONTRATAÇÃO: Será feita classificação de acordo com a ordem de credenciamento. Uma vez definida a necessidade dos serviços, a Administração convocará o credenciado na ordem cronológica de credenciamento, ficando a credenciada convocada, apta a prestação de serviços com o Município.

7. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, COM OS PARÂMETROS UTILIZADOS PARA A OBTENÇÃO DOS PREÇOS E PARA OS RESPECTIVOS CÁLCULOS. (Art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘i’, da Lei nº 14.133/2021).

Item	Relação de Itens	Quantidade	Valor	Valor
			Estimado	Total
1	AMILASE PANCREATICA	200	R\$ 8,50	R\$ 1.700,00



MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Brasil, 1431 –centro– CEP 85.71-000

CNPJ 75.927.582/0001-55

E-mail: licitacao1@pmsas.pr.gov.br – Telefone: (46) 35638000

2	ANTICORPOS ANTI-TIREOESTIMULANTE (TSI)	100	R\$ 15,00	R\$ 1.500,00
3	CARBONATO	100	R\$ 18,50	R\$ 1.850,00
4	CREATINA QUINASE (CKMB)	150	R\$ 12,33	R\$ 1.850,00
5	DOSAGEM DE GLICOSE URINARIA	100	R\$ 8,50	R\$ 850,00
6	DOSAGEM DE PROLACTINA	100	R\$ 25,00	R\$ 2.500,00
7	ELETROFORESE DE PROTEINAS	100	R\$ 33,33	R\$ 3.333,33
8	RADIOIMUNOENSAIO DE INSULINA	50	R\$ 40,50	R\$ 2.025,00
9	REAÇÃO DE POLIMERASE (PCR)	100	R\$ 90,67	R\$ 9.066,67
10	TESTE DE PATERNIDADE (DNA)	30	R\$ 376,67	R\$ 11.300,00
11	INFLUENZA A/B	300	R\$ 106,66	R\$ 31.998,00
12	PERFIL VIRAL	300	R\$ 150,00	R\$ 45.000,00
13	GAD	50	R\$ 151,67	R\$ 7.583,33
14	ANTI ILHOTA	100	R\$ 77,33	R\$ 7.733,33
15	ANTICORPOS ZnT8	50	R\$ 1.382,44	R\$ 69.121,75
16	ANATOMO PATOLOGICO	200	R\$ 83,33	R\$ 16.666,67
17	TACROLIMUS	50	R\$ 154,33	R\$ 7.716,67
18	IGE RAST (I71) - INSETOS - MOSQUITO COMUM	80	R\$ 35,00	R\$ 2.800,00
19	IGE ESPECÍFICO (F93) - ALIMENTOS - CACAU	80	R\$ 35,00	R\$ 2.800,00
20	IGE ESPECÍFICO (D1) - ÁCAROS - D.PTERONYSSIN	80	R\$ 31,00	R\$ 2.480,00
21	IGE PAINEL (HX2) - PÓ DE CASA	80	R\$ 35,00	R\$ 2.800,00
22	IGE ESPECÍFICO (I1) - VENENOS - ABELHA	80	R\$ 35,00	R\$ 2.800,00
23	IGE ESPECÍFICO (K82) - OCUPACIONAIS - LATEX	80	R\$ 35,00	R\$ 2.800,00
24	IGE ESPECÍFICO (F92) - BANANA	80	R\$ 35,00	R\$ 2.800,00
25	IGE ESPECÍFICO MELÃO	80	R\$ 59,00	R\$ 4.720,00



MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
ESTADO DO PARANÁ

Avenida Brasil, 1431 –centro– CEP 85.71-000

CNPJ 75.927.582/0001-55

E-mail: licitacao1@pmsas.pr.gov.br – Telefone: (46) 35638000

26	IGE ESPECÍFICO (F329) - ALIMENTOS - MELANCIA	80	R\$ 55,00	R\$ 4.400,00
27	IGE ESPECÍFICO (F44) - MORANGO	80	R\$ 34,00	R\$ 2.720,00
28	IGE ESPECÍFICO (F25) - ALIMENTOS - TOMATE	80	R\$ 35,00	R\$ 2.800,00
29	IGE ESPECÍFICO (F2) - ALIMENTOS - LEITE	80	R\$ 37,67	R\$ 3.013,33
30	IGE ESPECÍFICO - CASEÍNA (F78)	80	R\$ 31,00	R\$ 2.480,00
31	IGE PAINEL (GX2) - GRAMÍNEAS	80	R\$ 38,33	R\$ 3.066,67
32	IGE RAST MANGA	80	R\$ 46,00	R\$ 3.680,00
33	TROPONINA CARDÍACA QUANTITATIVA	200	R\$ 75,67	R\$ 15.133,33
34	CK-MB MASSA	200	R\$ 22,33	R\$ 4.466,67
35	MIOGLOBINA	100	R\$ 79,00	R\$ 7.900,00
36	CK-TOTAL	200	R\$ 13,50	R\$ 2.700,00
Total Geral				R\$ 298.154,75

No preço ofertado deverão estar inclusas todas as despesas, bem como todos os tributos, fretes, seguros e demais encargos necessários à completa execução do objeto.

8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º, inciso XXIII, alínea 'j', da Lei nº 14.133/2021).
 (Em anexo)

Santo Antonio do Sudoeste-Pr, 25 de Setembro de 2024.


CAMILA REGINA RODRIGUES
 Secretária Municipal de Saúde

Favor preencher com:

Dados da Empresa, Razão Social, CNPJ e demais informações da empresa. Carimbar e assinar.

Nota:

- 1) Cotação Válida até o limite disponível de licitação e deve ser garantida Por 60 dias;
- 2) O pagamento será efetuado, possivelmente, de 10 à 30 dias úteis, após entrega da Nota Fiscal na tesouraria
- 3) A conta corrente deverá estar no nome da razão social;
- 4) O orçamento é pelo total.

COTAÇÃO DE PREÇOS**DADOS CADASTRAIS DO PARTICIPANTE**

RAZÃO SOCIAL OU NOME: MEGA ANALISES CLINICAS LTDA			
ENDEREÇO: RUA PRESIDENTE VARGAS 1450		BAIRRO: CENTRO	
MUNICÍPIO: SANTO ANTONIO DO SUDOESTE		CEP: 85710-000	ESTADO: PARANA
TELEF: 35632309	E-MAIL: emerson.cervelin@gmail.com		CONTATO: emerson
CNPJ: 04788615000185	INSCR. ESTADUAL: isento		DATA COTAÇÃO: 10/09/2024
REMESSA DE NUMERÁRIO PARA:			
Banco: sicredi	Agência nº. 0738	C/C nº. 18049-1	
Solicitamos proposta para fornecimento dos materiais e/ou serviços, devendo estar incluso nos preços: impostos, fretes, embalagens, seguros e demais despesas incidentes. É imprescindível a indicação da marca e modelo do produto. Licitação regida pela Lei Estadual 15.608/07 e Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações e demais disposições pertinentes, bem como Código de Defesa do Consumidor.			

LOTE 1 - LOTE ÚNICO						
Item	Código do produto/Serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Valor estimado R\$	Preço máximo total R\$
1		AMILASE PANCREATICA	200	UNID	5,00	1000,00
2		ANTICORPOS ANTITIREOESTIMULANTE (TSI)	150	UNID	10,00	1550,00
3		CARBONATO	100	UNID	20,00	2000,00
4		CREATINA QUINASE (CKMB)	150	UNID	10,00	1.500,00
5		DOSAGEM DE GLICOSE URINARIA	200	UNID	5,00	1000,00
6		DOSAGEM DE PROLACTINA	200	UNID	12,00	2400,00
7		ELETOFORESE DE PROTEINAS	200	UNID	25,00	5000,00
8		RADIOIMUNOENSAIO DE INSULINA	100	UNID	50,00	5000,00
9		REAÇÃO DE POLIMERASE (PCR)	200	UNID	150,00	30000,00
10		TESTE DE PATERNIDADE (DNA)	50	UNID	350,00	17500,00
11		INFLUENZA A/B	300	UNID	60,00	18000,00
12		PERFIL VIRAL	300	UNID	150,00	45000,00
13		GAD	100	UNID	150,00	15000,00
14		ANTI ILHOTA	150	UNID	60,00	9000,00
15				UNID		
16		ANATOMO PATOLOGICO	300	UNID	40	12000,00
17		TACROLIMUS	50	UNID	160,00	8000,00
18		IGE RAST (I71) - INSETOS - MOSQUITO COMUM	100	UNID	30,00	3000,00
19		IGE ESPECÍFICO (F93) - ALIMENTOS - CACAU	100	UNID	30,00	3000,00
20		IGE ESPECÍFICO (D1) - ÁCAROS - D.PTERONYSSIN	100	UNID	30,00	3000,00
21		IGE PAINEL (HX2) - PÓ DE CASA	100	UNID	30,00	3000,00
22		IGE ESPECÍFICO (I1) - VENENOS - ABELHA	100	UNID	30,00	3000,00
23		IGE ESPECÍFICO (K82) -	100	UNID	30,00	3000,00

		OCUPACIONAIS – LATEX				
24		IGE ESPECÍFICO (F92) - BANANA	100	UNID	30,00	3000,00
25		IGE ESPECÍFICO MELÃO	100	UNID	30,00	3000,00
26		IGE ESPECÍFICO (F329) - ALIMENTOS - MELANCIA	100	UNID	30,00	3000,00
27		IGE ESPECÍFICO (F44) - MORANGO	100	UNID	30,00	3000,00
28		IGE ESPECÍFICO (F25) - ALIMENTOS - TOMATE	100	UNID	30,00	3000,00
29		IGE ESPECÍFICO (F2) - ALIMENTOS - LEITE	100	UNID	30,00	3000,00
30		IGE ESPECÍFICO - CASEÍNA (F78)	100	UNID	30,00	3000,00
31		IGE PAINEL (GX2) - GRAMÍNEAS	100	UNID	30,00	3000,00
32		IGE RAST MANGA	100	UNID	30,00	3000,00
33		TROPONINA CARDÍACA QUANTITATIVA	200	UNID	50,00	10000,00
34		CK-MB MASSA	200	UNID	10,00	2000,00
35		MIOGLOBINA	200	UNID	30,00	6000,00
36		CK-TOTAL	200	UNID	10,00	2000,00
					TOTAL R\$	174,750,00

Atenciosamente,

Ademilson

D. Emerson

Favor preencher com:

Dados da Empresa, Razão Social, CNPJ e demais informações da empresa. Carimbar e assinar.

Nota:

- 1) Cotação Válida até o limite disponível de licitação e deve ser garantida Por 60 dias;
- 2) O pagamento será efetuado, possivelmente, de 10 à 30 dias úteis, após entrega da Nota Fiscal na tesouraria
- 3) A conta corrente deverá estar no nome da razão social;
- 4) O orçamento é pelo total.

COTAÇÃO DE PREÇOS**DADOS CADASTRAIS DO PARTICIPANTE**

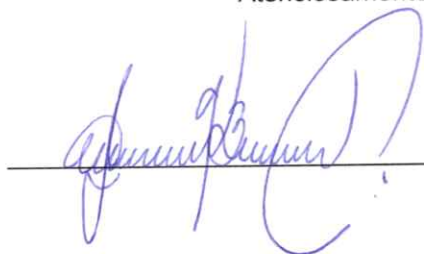
RAZÃO SOCIAL OU NOME: LABORATÓRIO BIOCENTER			
ENDEREÇO: AFONSO ARRACHEA		BAIRRO: CENTRO	
MUNICÍPIO: SANTO ANTONIO DO SUDOESTE		CEP: 85710-000	ESTADO: PR
TELEF: (46) 3563 - 3898	E-MAIL: marceli.brum@hotmail.com		CONTATO: (46) 3563-3898
CNPJ: 26.830.317/0001-49	INSCR. ESTADUAL:		DATA COTAÇÃO: 20/08/2024
REMESSA DE NUMERÁRIO PARA:			
Banco: Banco do Brasil	Agência nº. 0805-2	C/C nº. 27705-3	
Solicitamos proposta para fornecimento dos materiais e/ou serviços, devendo estar incluso nos preços: <u>impostos, fretes, embalagens, seguros e demais despesas incidentes. É imprescindível a indicação da marca e modelo do produto. Licitação regida pela Lei Estadual 15.608/07 e Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações e demais disposições pertinentes, bem como Código de Defesa do Consumidor.</u>			

LOTE 1 - LOTE ÚNICO						
Item	Código do produto/ Serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Valor estimado R\$	Preço máximo total R\$
1		AMILASE PANCREATICA	200	UNID	R\$ 12,00	R\$ 2.400,00
2		ANTICORPOS ANTI-TIREOESTIMULANTE (TSI)	150	UNID	R\$ 20,00	R\$ 3.000,00
3		CARBONATO	100	UNID	R\$ 17,00	R\$ 1.700,00
4		CREATINA QUINASE (CKMB)	150	UNID	R\$ 17,00	R\$ 2.550,00
5		DOSAGEM DE GLICOSE URINARIA	200	UNID	R\$ 12,00	R\$ 2.400,00
6		DOSAGEM DE PROLACTINA	200	UNID	R\$ 23,00	R\$ 4.600,00
7		ELETROFORESE DE PROTEINAS	200	UNID	R\$ 35,00	R\$ 7.000,00
8		RADIOIMUNOENSAIO DE INSULINA	100	UNID	R\$ 31,00	R\$ 3.100,00
9		REAÇÃO DE POLIMERASE (PCR)	200	UNID	R\$ 14,00	R\$ 2.800,00
10		TESTE DE PATERNIDADE (DNA)	50	UNID	R\$ 380,00	R\$ 19.000,00
11		INFLUENZA A/B	300	UNID	R\$ 100,00	R\$ 100,00
12		PERFIL VIRAL	300	UNID	R\$ 120,00	R\$ 36.000,00
13		GAD	100	UNID	R\$ 165,00	R\$ 16.500,00
14		ANTI ILHOTA	150	UNID	R\$ 92,00	R\$ 13.800,00
15		ANTICORPOS ZnT8	100	UNID	R\$ 1.914,87	R\$ 191.487,00

16	ANATOMO PATOLOGICO	300	UNID	R\$ 125,00	R\$ 37.500,00
17	TACROLIMUS	50	UNID	R\$ 173,00	R\$ 8.650,00
18	IGE RAST (I71) - INSETOS - MOSQUITO COMUM	100	UNID	R\$ 35,00	R\$ 3.500,00
19	IGE ESPECÍFICO (F93) - ALIMENTOS - CACAU	100	UNID	R\$ 35,00	R\$ 3.500,00
20	IGE ESPECÍFICO (D1) - ÁCAROS - D.PTERONYSSIN	100	UNID	R\$ 23,00	R\$ 2.300,00
21	IGE PAINEL (HX2) - PÓ DE CASA	100	UNID	R\$ 35,00	R\$ 3.500,00
22	IGE ESPECÍFICO (I1) - VENENOS - ABELHA	100	UNID	R\$ 35,00	R\$ 3.500,00
23	IGE ESPECÍFICO (K82) - OCUPACIONAIS - LATEX	100	UNID	R\$ 35,00	R\$ 3.500,00
24	IGE ESPECÍFICO (F92) - BANANA	100	UNID	R\$ 35,00	R\$ 3.500,00
25	IGE ESPECÍFICO MELÃO	100	UNID	R\$ 86,00	R\$ 8.600,00
26	IGE ESPECÍFICO (F329) - ALIMENTOS - MELANCIA	100	UNID	R\$ 74,00	R\$ 7.400,00
27	IGE ESPECÍFICO (F44) - MORANGO	100	UNID	R\$ 32,00	R\$ 3.200,00
28	IGE ESPECÍFICO (F25) - ALIMENTOS - TOMATE	100	UNID	R\$ 35,00	R\$ 3.500,00
29	IGE ESPECÍFICO (F2) - ALIMENTOS - LEITE	100	UNID	R\$ 23,00	R\$ 2.300,00
30	IGE ESPECÍFICO - CASEÍNA (F78)	100	UNID	R\$ 23,00	R\$ 2.300,00
31	IGE PAINEL (GX2) - GRAMÍNEAS	100	UNID	R\$ 35,00	R\$ 3.500,00
32	IGE RAST MANGA	100	UNID	R\$ 48,00	R\$ 4.800,00
33	TROPONINA CARDÍACA QUANTITATIVA	200	UNID	R\$ 57,00	R\$ 11.400,00
34	CK-MB MASSA	200	UNID	R\$ 17,00	R\$ 3.400,00
35	MIOGLOBINA	200	UNID	R\$ 92,00	R\$ 18.400,00
36	CK-TOTAL	200	UNID	R\$ 17,00	R\$ 3.400,00
TOTAL R\$					R\$ 447.987,00

26.830.317/0001-49
LABORATÓRIO BIOCENTER
 MARCELI TEREZINHA BRUM EIRELI ME
 (46) 3563-3898
 Rua Afonso Arrechea, 310
 Centro CEP 85710-000
 Santo Antonio do Sudoeste-PR

Atenciosamente,



Marcieli T. Brum
 Farmacêutica / Bioquímica
 CRF/PR - 21434

Nota:

- 1) Cotação Válida até o limite disponível de licitação e deve ser garantida Por 60 dias;
- 2) O pagamento será efetuado, possivelmente, de 10 à 30 dias úteis, após entrega da Nota Fiscal na tesouraria
- 3) A conta corrente deverá estar no nome da razão social;
- 4) O orçamento é pelo total.

COTAÇÃO DE PREÇOS**DADOS CADASTRAIS DO PARTICIPANTE**

RAZÃO SOCIAL OU NOME: LUCIANA T. SCHIAVINI & CIA LTDA			
ENDEREÇO: SANTOS DUMONT, 690		BAIRRO: Centro	
MUNICÍPIO: Santo Antonio Do Sudoeste		CEP: 85710/000	ESTADO: Parana
TELEF: (46)3563-1913	E-MAIL: laboratoriosfco@hotmail.com		CONTATO:
CNPJ: 06.118.588/0001-69	INSCR. ESTADUAL:		DATA COTAÇÃO: 08/08/24
REMESSA DE NUMERÁRIO PARA:			
Banco: 756 - SICOOB	Agência nº. 4342	C/C nº. 52036-5	
Solicitamos proposta para fornecimento dos materiais e/ou serviços, devendo estar incluso nos preços: impostos, fretes, embalagens, seguros e demais despesas incidentes. É imprescindível a indicação da marca e modelo do produto. Licitação regida pela Lei Estadual 15.608/07 e Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações e demais disposições pertinentes, bem como Código de Defesa do Consumidor.			

LOTE 1 - LOTE ÚNICO						
Item	Código do produto/Serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Valor estimado R\$	Preço máximo total R\$
1		AMILASE PANCREATICA	200	UNID		
2		ANTICORPOS ANTI-TIREOESTIMULANTE (TSI)	150	UNID		
3		CARBONATO	100	UNID		
4		CREATINA QUINASE (CKMB)	150	UNID	R\$10,00 UNID	R\$10,00 UNID
5		DOSAGEM DE GLICOSE URINARIA	200	UNID		
6		DOSAGEM DE PROLACTINA	200	UNID	R\$40,00 UNID	R\$40,00 UNID
7		ELETOFORESE DE PROTEINAS	200	UNID	R\$40,00 UNID	R\$40,00 UNID
8		RADIOIMUNOENSAIO DE INSULINA	100	UNID		
9		REAÇÃO DE POLIMERASE (PCR)	200	UNID	R\$108,00 UNID	R\$108,00 UNID
10		TESTE DE PATERNIDADE (DNA)	50	UNID	R\$400,00 UNID	R\$400,00 UNID
11		INFLUENZA A/B	300	UNID	R\$160,00 UNID	R\$160,00 UNID
12		PERFIL VIRAL	300	UNID	R\$170,00 UNID	R\$170,00 UNID
13		GAD	100	UNID	R\$140,00 UNID	R\$140,00 UNID
14		ANTI ILHOTA	150	UNID	R\$80,00 UNID	R\$80,00 UNID
15		ANTICORPOS ZnT8	100	UNID	R\$850,00 UNID	R\$850,00 UNID
16		ANATOMO PATOLOGICO	300	UNID	R\$85,00 UNID	R\$85,00 UNID
17		TACROLIMUS	50	UNID	R\$130,00 UNID	R\$130,00 UNID
18		IGE RAST (I71) - INSETOS - MOSQUITO COMUM	100	UNID	R\$40,00 UNID	R\$40,00 UNID
19		IGE ESPECÍFICO (F93) - ALIMENTOS - CACAU	100	UNID	R\$40,00 UNID	R\$40,00 UNID
20		IGE ESPECÍFICO (D1) - ÁCAROS - D.PTERONYSSIN	100	UNID	R\$40,00 UNID	R\$40,00 UNID
21		IGE PAINEL (HX2) - PÓ DE CASA	100	UNID	R\$40,00 UNID	R\$40,00 UNID
22		IGE ESPECÍFICO (I1) - VENENOS - ABELHA	100	UNID	R\$40,00 UNID	R\$40,00 UNID
23		IGE ESPECÍFICO (K82) - OCUPACIONAIS - LATEX	100	UNID	R\$40,00 UNID	R\$40,00 UNID
24		IGE ESPECÍFICO (F92) - BANANA	100	UNID	R\$40,00 UNID	R\$40,00 UNID

Início do Processo - 1.3 - ORÇAMENTOS		OCUPACIONAIS - LATEX		Página 18/66		
24		IGE ESPECÍFICO (F92) - BANANA	100	UNID	R\$40,00 UNID	R\$40,00 UNID
25		IGE ESPECÍFICO MELÃO	100	UNID	R\$61,00 UNID	R\$61,00 UNID
26		IGE ESPECÍFICO (F329) - ALIMENTOS - MELANCIA	100	UNID	R\$61,00 UNID	R\$61,00 UNID
27		IGE ESPECÍFICO (F44) - MORANGO	100	UNID	R\$40,00 UNID	R\$40,00 UNID
28		IGE ESPECÍFICO (F25) - ALIMENTOS - TOMATE	100	UNID	R\$40,00 UNID	R\$40,00 UNID
29		IGE ESPECÍFICO (F2) - ALIMENTOS - LEITE	100	UNID	R\$60,00 UNID	R\$60,00 UNID
30		IGE ESPECÍFICO - CASEÍNA (F78)	100	UNID	R\$40,00 UNID	R\$40,00 UNID
31		IGE PAINEL (GX2) - GRAMÍNEAS	100	UNID	R\$50,00 UNID	R\$50,00 UNID
32		IGE RAST MANGA	100	UNID	R\$60,00 UNID	R\$60,00 UNID
33		TROPONINA CARDÍACA QUANTITATIVA	200	UNID	R\$120,00 UNID	R\$120,00 UNID
34		CK-MB MASSA	200	UNID	R\$40,00 UNID	R\$40,00 UNID
35		MIOGLOBINA	200	UNID	R\$115,00 UNID	R\$115,00 UNID
36		CK-TOTAL	200	UNID		
TOTAL R\$						

Atenciosamente,

Luciana Tralano Schiavini
CRF/PR: 16373
Farmacêutica Bioquímica

Luciana T Schiavini

**MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE**

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Brasil, 1431 –centro– CEP 85.71-000

CNPJ 75.927.582/0001-55

E-mail: licitacao1@pmsas.pr.gov.br – Telefone: (46) 35638000**PARECER CONTÁBIL**

ASSUNTO: Credenciamento de empresas especializadas para prestação CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS INTERESSADAS EM EFETUAR SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS PARA OS PACIENTES ENCAMINHADOS PELA REDE PÚBLICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ABRANGENDO OS SERVIÇOS DESCRITOS NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO IX).

1 RETROSPECTO

Trata-se de **fase interna** de licitação, onde procedimento veio acompanhado da Solicitação com Estimativa de Quantidade e Preços, Orçamentos e o Termo de Referência.

O Departamento de Licitações encaminhou os autos para avaliação contábil por parte desta Secretaria, levando-se em consideração o disposto no artigo 79, da Lei nº 14.133/21.

É o relatório.

2 CONCLUSÃO

Em atenção a solicitação do Departamento de Compras, Licitações e Contrato para verificar a existência de recursos orçamentários para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes do objeto especificado abaixo, CERTIFICO que:

- i. Há recursos orçamentários para pagamento das obrigações conforme dotação(s) especificada(s) abaixo;
- ii. Que os gastos com esta licitação não comprometem os recursos mínimos destinados à saúde e à educação. O parecer contábil constitui exigência prescrita nos artigos 212 e 216, parágrafo 6º, ambos da Constituição Federal de 1988. O artigo 212 impõe aos entes federados a vinculação de parcela da arrecadação tributária, enquanto que o artigo 216, parágrafo 6º apenas faculta a vinculação de tais receitas. Além disso, o artigo 167 da Carta Política abre uma exceção à regra da impossibilidade de vinculação da receita proveniente de impostos, autorizando, contudo, quando se tratar de repasses destinados à saúde e à educação;
- iii. Que existe adequação orçamentária e financeira compatíveis com o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), conforme abaixo:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2024	2970	09.001.08.244.0801.2046	820	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

É o parecer, submetido a honrosa apreciação de Vossa Senhoria.

Santo Antonio do Sudoeste – Paraná, 06/11/2024.


ANA MARIA BANDEIRA
Contadora
CRC 066191/PR

**MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE**

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Brasil, 1431 –centro– CEP 85.71-000

CNPJ 75.927.582/0001-55

E-mail: licitacao1@pmsas.pr.gov.br – Telefone: (46) 35638000**PARECER JURÍDICO**

ASSUNTO: Credenciamento de empresas especializadas para prestação de serviços de acolhimento Institucional de Longa Permanência para Idosos (ILPI) para acolhimento de idosos com grau de dependência I, II e III no Município de Santo Antonio do Sudoeste/PR, concedido através da Secretaria Municipal de Assistência Social.

1 RETROSPECTO

Trata-se de solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social em que pretende o CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS INTERESSADAS EM EFETUAR SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS PARA OS PACIENTES ENCAMINHADOS PELA REDE PÚBLICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ABRANGENDO OS SERVIÇOS DESCRITOS NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO IX).

O procedimento veio acompanhado da Solicitação com Estimativa de Quantidade e Preços, Orçamentos e o Termo de Referência e Parecer Contábil.

O Departamento de Licitações encaminhou os autos para avaliação jurídica por parte desta Procuradoria Jurídica, levando-se em consideração disposto no artigo 79, inciso I e II da Lei nº 14.133/2021.

É o relatório.

2 FUNDAMENTAÇÃO**2.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**

A obrigatoriedade de licitar consta na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, inciso XXI.

O procedimento licitatório visa garantir não apenas a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, mas sim, visa assegurar o princípio constitucional da isonomia entre os potenciais prestadores do serviço ou fornecedores do objeto pretendido pelo Poder Público.

Entretanto, como destacado acima, a própria Constituição Federal, em seu artigo 37, inciso XXI, ao fazer exigência da licitação, ressalva “aos casos especificados na legislação”, abre a possibilidade da lei ordinária fixar hipóteses para estabelecer exceções à regra de licitar, que é exatamente o que se observa pela disposição dos artigos 74 e 75 da Lei nº 14.133/21, que tratam, respectivamente, sobre os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação.

Paralelamente, o artigo 74 da Lei nº 14.133/21 e o artigo 06 inciso XLI da lei 14.133/21 preveem que as contratações de serviços e a aquisição de bens, a modalidade de licitação obrigatória, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto, deverá ser adotado a modalidade pregão.

Feitas essas considerações prévias, passa-se ao exame do caso concreto.

2.2. HIPÓTESES DE INEXIGIBILIDADE E O CHAMAMENTO PÚBLICO

As hipóteses de inexigibilidade estão elencadas no artigo 74, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos:

Art. 74. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou

**MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE**

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Brasil, 1431 –centro– CEP 85.71-000

CNPJ 75.927.582/0001-55

E-mail: licitacao1@pmsas.pr.gov.br – Telefone: (46) 35638000*Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;**II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 74 inciso III, desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;**III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública. O referido comando legal dispõe que “é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição”.*

Veja-se que nesse caso o legislador não se preocupou em estabelecer um rol taxativo de situações por meio do qual se poderia contratar por inexigibilidade, até mesmo porque a interpretação da expressão “inviabilidade de competição” é ampla, sendo difícil elencar e relacionar todas as hipóteses.

É bem verdade que o próprio art. 74 prevê em seus incisos três situações que podem dar supedâneo à contratação por inexigibilidade. Entretanto, a expressão “em especial”, inserida no caput, traz a ideia de que tal rol é meramente exemplificativo, devendo, assim, ser melhor interpretada a expressão “inviabilidade de competição” contida no art. 74, em um sentido mais abrangente.

A interpretação da expressão “inviabilidade de competição” deve ser mais ampla do que a mera ideia de fornecedor exclusivo. Pode-se dizer que a inviabilidade de competição, além da contratação de fornecedor único prevista no inciso I, e, obviamente, além dos casos inseridos nos incisos II e III, pode se dar pela contratação de todos, ou seja, a inviabilidade de competição não está presente porque existe apenas um fornecedor, mas sim, porque existem vários prestadores do serviço e todos serão contratados. Confira-se, a respeito, a opinião de Jorge Ulisses JACOBY:

Se a Administração convoca todos os profissionais de determinado setor, dispondo-se a contratar os que tiverem interesse e que satisfaçam os requisitos estabelecidos, ela própria fixando o valor que se dispõe a pagar, os possíveis licitantes não competirão, no estrito sentido da palavra, inviabilizando a competição, uma vez que a todos foi assegurada a contratação.

Ora, se a Administração convoca profissionais dispondo-se a contratar todos os interessados que preencham os requisitos por ela exigidos, e por um preço previamente definido no próprio ato do chamamento, também se está diante de um caso de inexigibilidade, pois, de igual forma, não haverá competição entre os interessados.

Esse método de inexigibilidade para a contratação de todos é o que a doutrina denomina de credenciamento.

Inexiste no ordenamento jurídico pátrio lei específica que trate do credenciamento. Poder-se-ia, então, questionar se a adoção de tal sistema não esbarraria no Princípio da Legalidade. Não. O credenciamento é um mecanismo para se efetivar uma contratação por inexigibilidade. Portanto, a base legal do credenciamento é justamente o art. 74, caput, da Lei n.º 14.133/21. O sistema de credenciamento está sujeito a alguns requisitos, dentre os quais:

- (i) **Publicidade do credenciamento:** se o credenciamento encontra amparo na inexigibilidade para a contratação de todos os interessados, não faz sentido a Administração Pública não tornar público o ato de convocação, pois, caso não seja dada a devida publicidade, muito provavelmente pode haver algum interessado que não tinha ciência do credenciamento. Caso haja algum interessado que não foi credenciado porque não tinha ciência do ato, obviamente não houve a contratação de todos, fato este que descaracterizaria a inexigibilidade em decorrência da inexistência da inviabilidade de competição. A publicidade deverá seguir os moldes do art. 54, da Lei n.º 14.133/21, ou seja, aviso publicado no site oficial do município, em se tratando de dinheiro advindo dos cofres públicos estadual ou da

**MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE**

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Brasil, 1431 –centro– CEP 85.71-000

CNPJ 75.927.582/0001-55

E-mail: licitacao1@pmsas.pr.gov.br – Telefone: (46) 35638000

municipalidade, e em jornal de grande circulação local, a fim de que os interessados possam efetivamente tomar conhecimento do sistema;

- (ii) **Período do credenciamento:** não pode haver data de encerramento específica para o credenciamento. O credenciamento deve manter-se aberto. A qualquer tempo o particular interessado poderá se apresentar e entregar a documentação para se credenciar, isso, obviamente, enquanto a Administração mantiver interesse na contratação do serviço;
- (iii) **Obrigatoriedade de credenciar todos os interessados que atendam as condições do chamamento:** o fundamento do credenciamento é a inexigibilidade para a contratação de todos. Portanto, seria incoerente realizar um chamamento público para credenciamento de profissionais de um determinado setor e, ao final, declarar um vencedor, mesmo havendo outros interessados que igualmente preencham os requisitos exigidos pelo Poder Público e satisfaçam os interesses da Administração Pública. Se esta for a intenção da autoridade administrativa, indubitavelmente estar-se-ia diante de um procedimento licitatório, não se configurando, portanto, o credenciamento por inexigibilidade. Não há apresentação de propostas, pois o valor a ser pago já foi fixado pela Administração. Como não há competição, não há como se declarar um vencedor. Todos são igualmente credenciados. Passa-se, a seguir, ao exame do caso concreto.

2.3 O CASO CONCRETO

Levando-se em consideração os documentos que instruem o presente procedimento, e aqueles que são necessários em todos e quaisquer procedimentos licitatórios, passa a analisá-los, objetivamente:

(a) Exigências Satisfeitas:

- (i) **Modalidade:** *a contratação de instituições credenciadas em decorrência de Chamamento Público afasta a obrigatoriedade de licitar pela impossibilidade fática e jurídica de competição entre particulares, restando autorizada a contratação direta dos serviços, nos termos do art. 74, caput, da Lei 14.133/21;*
- (ii) **Justificativa da Quantidade:** *no Termo de Referência foi justificada a quantidade pretendida com base na necessidade de atender a demanda existente e tendo em vista a necessidade de contratação para suprir as vagas existentes no município.*
- (iii) **Justificativa do Valor:** *o valor a ser pago já foi fixado pela Administração no edital de Chamamento conforme grau de necessidade de cada idoso, sendo que os credenciados subscreveram a concordância com os valores propostos;*
- (iv) **Parecer contábil:** *a Secretaria Municipal da Fazenda exarou parecer no qual atesta que os gastos com esta licitação não comprometem os recursos mínimos destinados à saúde e à educação. O parecer contábil constitui exigência prescrita nos artigos 212 e 216, § 6º, ambos da Constituição de 1988. O art. 212 impõe aos entes federados a vinculação de parcela da arrecadação tributária, enquanto que o art. 216, § 6º apenas faculta a vinculação de tais receitas. Além disso, o art. 167 da Carta Política abre uma exceção à regra da impossibilidade de vinculação da receita proveniente de impostos, autorizando, contudo, quando se tratar de repasses destinados à saúde e à educação.*

3 CONCLUSÃO

**MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE**

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Brasil, 1431 –centro– CEP 85.71-000

CNPJ 75.927.582/0001-55

E-mail: licitacao1@pmsas.pr.gov.br – Telefone: (46) 35638000

ANTE O EXPOSTO, esta Procuradoria Jurídica *OPINA* pela viabilidade do CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS INTERESSADAS EM EFETUAR SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS PARA OS PACIENTES ENCAMINHADOS PELA REDE PÚBLICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ABRANGENDO OS SERVIÇOS DESCRITOS NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO IX).

Ainda, como condição de validade dos atos, o Departamento de Licitações ainda deverá, nessa ordem:

No prazo de 3 (três) dias, comunicar a autoridade superior (Prefeito Municipal), para ratificação; Publicar o Pregão nos veículos de publicação oficiais e no PNCP, no prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis exigidos na Lei 14.133/21; e,

Publicar no Mural de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme determina o artigo 2º, inciso I, da Instrução Normativa nº 37/2009, do TCE/PR.

É o parecer, submetido a honrosa apreciação de Vossa Senhoria.

Santo Antonio do Sudoeste – Paraná, 06/11/2024.


CINTIA FERNANDA LANZARIN
Procuradora Geral
Advogada - OAB 32.208-PR

**MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE**

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Brasil, 1431 –centro– CEP 85.71-000

CNPJ 75.927.582/0001-55

E-mail: licitacao1@pmsas.pr.gov.br – Telefone: (46) 35638000**AVISO DE LICITAÇÃO****EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 010/2024**

O MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE Estado do Paraná, por seu Prefeito Municipal, Senhor RICARDO ANTONIO ORTINA, e a Presidente da Comissão Permanente de Licitações, designado pela Portaria nº 30.181/2024, no uso de suas atribuições legais, avisa aos interessados que estará aberto o Chamamento Público 010/2024 a partir da data de publicação deste edital e a qualquer tempo, para Chamada Pública para CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS INTERESSADAS EM EFETUAR SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS PARA OS PACIENTES ENCAMINHADOS PELA REDE PÚBLICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ABRANGENDO OS SERVIÇOS DESCRITOS NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO IX).

Local para entrega do envelope de credenciamento: sala do Departamento de Licitações, na sede da Administração Municipal, na Avenida Brasil, 1431, 1º andar, centro, na cidade de Santo Antonio do Sudoeste – Paraná.

Edital na íntegra, inclusive com anexos, à disposição no Departamento de Licitações, no mesmo endereço e no site www.pmsas.pr.gov.br licitações. Demais informações telefone (46) 3563-8000 e ainda por e-mail licitacao1@pmsas.pr.gov.br.

Santo Antonio do Sudoeste, 06 de outubro de 2024.

RICARDO ANTONIO ORTINA

Prefeito Municipal

CARLA DA ROCHA DALL ONDER

Presidente da CPL

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior, para fins de execução, fará jus ao recebimento pela função gratificada prevista no art. 35-A, e Anexo VIII da Lei Municipal nº 952/2020, alterado pelo Lei Municipal nº 1.182/2024.

Art. 3º Este Ato entra em vigor a partir de sua publicação, com efeitos financeiros desde o dia 1º de novembro de 2024, e convalidando também a partir desta data os atos relacionados a referida função.

Gabinete da Presidência, em 06 de novembro de 2024.

JOÃO ELTO RANGEL
Presidente

Publicado por:
Lucas Henrique Tubin Getrullio
Código Identificador:4FDB3440

ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 073/2024

SÚMULA: dispõe sobre a designação para integrar o Conselho Gestor Municipal da Unidade de conservação Municipal Rio Pratinha de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná, Oscar Delgado, no uso de suas atribuições Legais; considerando o Art.5º da Lei Municipal nº 684/2024, datada em 16 de setembro de 2024, que criou o Conselho Gestor da Unidade de Conservação Municipal Rio Pratinha do Município de Santa Maria do Oeste, Paraná;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os membros para integrar o Conselho Gestor da Unidade de Conservação Municipal Rio Pratinha de Santa Maria do Oeste Estado do Paraná, sendo eles, representantes do poder público e da sociedade civil, seguindo respectivas funções:

Representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente:
Titular Irene Boiko Rosa Valter, suplente Ana Cristina leal Kuibida.

Representante da Secretaria de Educação:
Titular Nilcéia Aparecida Vieira Fernandes, suplente William Mello Lorena.

Representante da Secretaria de Urbanismo:
Titular Elias Delgado, suplente Gabriel Korsak.

Representante da Secretaria de Obras:
Titular Leandro de Souza, suplente Acir Alves.

Representante da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo:
Titular Matheus Iassiuinik dos Santos, suplente Maria Salete da Silva

Representante da Secretaria de Planejamento:
Titular Eliseu Moreira, suplente Bruno Cesar de Campos.

Representante de entidades que realizam de pesquisa científica:
Titular Adriana Juraszek Paiter, suplente Fernanda Golec Ribeiro

Representante do IAT- Instituto Agua e Terra, atuante na região:
Titular Luiz Augusto Schweig, suplente Gabriela de Cássia.

Representante do conjunto de unidades agrícolas:
Titular Leandro Laduniak, suplente Eliane M. de Oliveira.

Representante da população residente e/ou do entorno da unidade:
Titular José Airton Santos, suplente Jurema Monteiro dos Santos;

Representante municipal responsável da Defesa Civil:
Titular Eduardo Ferreira Neto, suplente Djonathan da Cruz Silva

Representante da Polícia Militar:
Titular Luiz Carlos de Campos, suplente Orleane Carvalho

Art. 2º O exercício da função de Conselheiro não será remunerado, considerando-se como serviço público relevante pelo mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido por igual período.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santa Maria do Oeste, 06 de Novembro de 2024.

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Antonio de Lima
Código Identificador:096F833B

ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 4182/2024

Decreto nº 4182/2024

Institui e compõe a equipe de Vigilância Socioassistencial no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência dos atos administrativos;

Decreta:

Art. 1º Fica instituída a equipe de Vigilância Socioassistencial no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social, que será composta pelos seguintes servidores municipais:

- a) Deise Crespão, Técnico Administrativo
- b) Thuana Suele Candiago Pazinato, Pedagoga;
- c) Hevelin da Rosa Zart Guarda, Psicóloga;
- d) Claudia Cristina Zimmermann, Assistente Social;

Art. 2º Em atendimento aos termos da NOB/RH-SUAS, responderá pela ASSESSORIA DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL a servidora DEISE CRESPÃO.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 06 de novembro de 2024.

RICARDO ANTONIO ORTINÁ
Prefeito

Publicado por:
Cintia Fernanda Lanzarin
Código Identificador:EBFF07CE

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 010/2024

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 010/2024

O MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE Estado do Paraná, por seu Prefeito Municipal, Senhor RICARDO ANTONIO ORTINA, e a Presidente da Comissão Permanente de Licitações, designado pela Portaria nº 30.181/2024, no uso de suas atribuições legais, avisa aos interessados que estará aberto o Chamamento Público 010/2024 a partir da data de publicação deste edital e a qualquer tempo, para Chamada Pública para CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS INTERESSADAS EM EFETUAR SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS PARA OS PACIENTES ENCAMINHADOS PELA REDE PÚBLICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ABRANGENDO OS SERVIÇOS DESCRITOS NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO IX).

Local para entrega do envelope de credenciamento: sala do Departamento de Licitações, na sede da Administração Municipal, na Avenida Brasil, 1431, 1º andar, centro, na cidade de Santo Antonio do Sudoeste – Paraná.

Edital na íntegra, inclusive com anexos, à disposição no Departamento de Licitações, no mesmo endereço e no site www.pmsas.pr.gov.br licitações. Demais informações telefone (46) 3563-8000 e ainda por e-mail licitacao1@pmsas.pr.gov.br.

Santo Antonio do Sudoeste, 06 de outubro de 2024.

RICARDO ANTONIO ORTINA
Prefeito Municipal

CARLA DA ROCHA DALL ONDER
Presidente da CPL

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:8F4B230D

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 10 DO CONTRATO
ADMINISTRATIVO Nº 114/2019 PREGÃO Nº 33/2019

EXTRATO ADITIVO Nº 10 DO CONTRATO
ADMINISTRATIVO Nº 114/2019
Pregão Nº 33/2019

OBJETO: Contratação de empresa especializada em administração de estágios para estudantes em exercício de atividades nas diversas áreas das secretarias públicas do município, regularmente matriculados em instituições de ensino médio, profissionalizante de nível médio, superior e pós-graduação mediante processo seletivo.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES - ESTAGIOS CIN;
VALOR: R\$ 293.309,97.
NOVO PRAZO: 02/03/2025
DATA DA ASSINATURA: 06/11/2024

Pela Contratante:
RICARDO ANTONIO ORTINA
- Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:72C32CAD

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 419/2024 PROCESSO
INEXIGIBILIDADE Nº 061/2024

EXTRATO DO CONTRATO Nº 419/2024
Processo inexigibilidade nº 061/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: ACHEI INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA
CNPJ Nº 08.221.047/0001-97
Representante: ALESSANDRO DIMAS RODRIGUES
CPF nº 887.088.026-53
OBJETO: Aquisição de mobiliário escolar em adesão à Ata de Registro de Preço Consolidada nº ATC000057/2024, referente ao Pregão Eletrônico nº 0050/2024 do CINCATARINA (Consórcio Interfederativo Santa Catarina) para suprir as demandas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
VALOR TOTAL: R\$ 457.565,00 (Quatrocentos e Cinquenta e Sete Mil, Quinhentos e Sessenta e Cinco Reais)
VIGÊNCIA: 04/11/2025
Santo Antonio do Sudoeste, em 05/11/2024.

RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:65912055

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 420/2024 PREGÃO
ELETRONICO Nº 075/2024

EXTRATO DO CONTRATO Nº 420/2024
PREGÃO ELETRONICO Nº 075/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: GOMAG MAQUINAS PARA ESCRITORIO LTDA
CNPJ Nº 61.457.941/0005-77
Representante: ANDERSON CLAYTON DA ROCHA
CPF nº 309.962.068-84
OBJETO: Aquisição de impressoras duplicadoras digitais, novas e em linha de fabricação, destinadas à modernização da infraestrutura tecnológica da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do Município de Santo Antônio do Sudoeste-PR.
VALOR TOTAL: R\$ 500.000,00 (Quinhentos Mil Reais)
VIGÊNCIA: 05/11/2025

Santo Antonio do Sudoeste, em 06/11/2024.

RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:752EAA3F

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 421/2024 PROCESSO
DISPENSA Nº 134/2024

EXTRATO DO CONTRATO Nº 421/2024
Processo dispensa nº 134/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: E. A. F. SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA
CNPJ Nº 52.346.362/0001-32
Representante: ELÇO ANTONIO FASOLO
CPF nº 420.934.499-00
OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de deslocamento de transformador e eventuais estruturas, para nova rede de distribuição particular de média tensão com fornecimento de ferramentas e mão de obra.
VALOR TOTAL: R\$ 8.472,00 (Oito Mil, Quatrocentos e Setenta e Dois Reais)
VIGÊNCIA: 05/11/2025

Santo Antonio do Sudoeste, em 06/11/2024.

RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:0FB1DA8A

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 30.220, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2.024.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE PADRONIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, NOMEIA COMISSÃO PROCESSANTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 56, inciso XXIX da Lei Orgânica Municipal e nos Arts. 40 e 41 da Lei Federal 14.133/2021,

**EXTRATO ADITIVO Nº 10 DO CONTRATO
ADMINISTRATIVO Nº 114/2019
Pregão Nº 33/2019**

OBJETO: Contratação de empresa especializada em administração de estágios para estudantes em exercício de atividades nas diversas áreas das secretarias públicas do município, regularmente matriculados em instituições de ensino médio, profissionalizante de nível médio, superior e pós-graduação mediante processo seletivo.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES - ESTAGIOS CIN;
VALOR: R\$ 293.309,97.
NOVO PRAZO: 02/03/2025
DATA DA ASSINATURA: 06/11/2024
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 010/2024

O MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE Estado do Paraná, por seu Prefeito Municipal, Senhor RICARDO ANTONIO ORTINA, e a Presidente da Comissão Permanente de Licitações, designado pela Portaria nº 30.181/2024, no uso de suas atribuições legais, avisa aos interessados que estará aberto o Chamamento Público 010/2024 a partir da data de publicação deste edital e a qualquer tempo, para Chamada Pública para CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS INTERESSADAS EM EFETUAR SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS PARA OS PACIENTES ENCAMINHADOS PELA REDE PÚBLICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ABRANGENDO OS SERVIÇOS DESCRITOS NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO IX).

Local para entrega do envelope de credenciamento: sala do Departamento de Licitações, na sede da Administração Municipal, na Avenida Brasil, 1431, 1º andar, centro, na cidade de Santo Antonio do Sudoeste – Paraná.

Edital na íntegra, inclusive com anexos, à disposição no Departamento de Licitações, no mesmo endereço e no site www.pmsas.pr.gov.br licitações. Demais informações telefone (46) 3563-8000 e ainda por e-mail licitacao1@pmsas.pr.gov.br.

Santo Antonio do Sudoeste, 06 de outubro de 2024.

RICARDO ANTONIO ORTINA
Prefeito Municipal

CARLA DA ROCHA DALL ONDER
Presidente da CPL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IRANI
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 083/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 127/2024
CONCORRÊNCIA Nº 06/2024

Contratante: MUNICÍPIO IRANI

Contratada: **BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELI EPP**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **13.923.607/0001-95**, sediado(a) na RUA MARCELINO RAMOS, n 681, Concórdia – SC.

Objeto: O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa especializada, para execução de serviços de cobertura e estrutura metálica, instalação de calhas, guarda-corpo, corrimão e da execução da quadra em grama natural da Escola Sebastião Rodrigues de Souza, de acordo com projeto, memorial descritivo e planilha orçamentária anexos a este termo.

VALOR TOTAL CONTRATO: R\$ 505.000,00 (quinhentos e cinco mil reais)

Validade: 29/05/2025

Irani/SC, 05 de novembro de 2024.

Vanderlei Canci

Prefeito Municipal de Irani

EXTRATO DO CONTRATO Nº 419/2024
 Processo inexigibilidade nº 061/2024
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
 CONTRATADA: ACHEI INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA
 CNPJ Nº 08.221.047/0001-97
 Representante: ALESSANDRO DIMAS RODRIGUES
 CPF nº 887.088.026-53
 OBJETO: Aquisição de mobiliário escolar em adesão à Ata de Registro de Preço Consolidada nº ATC000057/2024, referente ao Pregão Eletrônico nº 0050/2024 do CINCATARINA (Consórcio Interfederativo Santa Catarina) para suprir as demandas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
 VALOR TOTAL: R\$ 457.565,00 (Quatrocentos e Cinquenta e Sete Mil, Quinhentos e Sessenta e Cinco Reais)
 VIGÊNCIA: 04/11/2025
 Santo Antonio do Sudoeste, em 05/11/2024.
 RICARDO ANTONIO ORTINA - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 421/2024
 Processo dispensa nº 134/2024
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
 CONTRATADA: E. A. F. SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA
 CNPJ Nº 52.346.362/0001-32
 Representante: ELÇO ANTONIO FASOLO
 CPF nº 420.934.499-00
 OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de deslocamento de transformador e eventuais estruturas, para nova rede de distribuição particular de média tensão com fornecimento de ferramentas e mão de obra.
 VALOR TOTAL: R\$ 8.472,00 (Oito Mil, Quatrocentos e Setenta e Dois Reais)
 VIGÊNCIA: 05/11/2025
 Santo Antonio do Sudoeste, em 06/11/2024.
 RICARDO ANTONIO ORTINA - PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS – SC. AVISO DE LICITAÇÃO. Edital de Pregão Eletrônico Nº **42/2024**. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EFETUAR O REPASSE DE VALORES REFERENTES AO VALE ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS, POR MEIO DE CARTÃO MAGNÉTICO, PARA AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS CADASTRADOS DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS/SC,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos. Tipo: Maior desconto. Início da sessão de disputa de lances: dia 25/11/2024 às 08h30min. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no <https://coronelfreitas.sc.gov.br/licitacoes> ou pelo fone (49) 3347 3401. Coronel Freitas (SC) 06/11/2024. Delir Cassaro
Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IRANI
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 148/2024
MODALIDADE Pregão Eletrônico PE58/2024

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge):
A8C1838474A1AD3F03B74B12B77A266529C8DEF6

O **MUNICÍPIO DE IRANI** torna público, que fará Licitação na modalidade Pregão Eletrônico para **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual aquisição de cestas natalinas para os servidores públicos municipais de Irani (servidores efetivos, contratados, em comissão, estagiários e médicos contratados), bem como para as famílias carentes, que são atendidas pela Secretaria de Assistência Social, em alusão às festividades de final de ano e, também, por ocasião do encerramento das atividades do exercício de 2024.

Recebimento das propostas: até às 08:30hrs do dia 19/11/2024.

Abertura: às 09:00hrs do dia 19/11/2024.

Informações complementares: Edital em inteiro teor está à disposição dos interessados na home page www.irani.sc.gov.br, link "Licitações". E demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal de Irani - Rua Eilirio De Gregori, 207, Centro - no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, pelo telefone: (49) 3432-3200, ou ainda pelo e-mail licitacao@irani.sc.gov.br.

Irani-SC, 6 de novembro de 2024.

VANDERLEI CANCI – PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 420/2024
PREGÃO ELETRONICO Nº 075/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: GOMAG MAQUINAS PARA ESCRITORIO LTDA
CNPJ Nº 61.457.941/0005-77
Representante: ANDERSON CLAYTON DA ROCHA
CPF nº 309.962.068-84
OBJETO: Aquisição de impressoras duplicadoras digitais, novas e em linha de fabricação, destinadas à modernização da infraestrutura tecnológica da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do Município de Santo Antônio do Sudoeste-PR.
VALOR TOTAL: R\$ 500.000,00 (Quinhentos Mil Reais)
VIGÊNCIA: 05/11/2025
Santo Antonio do Sudoeste, em 06/11/2024.
RICARDO ANTONIO ORTINA - PREFEITO MUNICIPAL

O Município de Cordilheira Alta/SC, através de sua pregoeira, torna público a todos os interessados que houve a REVOGAÇÃO do seguinte ITEM/LOTE do PREGÃO abaixo relacionado, a pedido da Secretária Solicitante e conforme Decisão da Autoridade Competente:

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 101/2024
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2024
LOTE 3

Item 44 Execução do Plano de Manutenção, Operação e Controle [PMOC], com fornecimento de laudo de limpeza e produto usado. Unidade 100

R\$ 227,22 R\$ 22.722,00

As demais disposições editalíssimas e itens do pregão relacionado permanecem inalterados, cujas as propostas serão abertas na data e horário previsto no Edital.

Cordilheira Alta/SC 06 de novembro de 2024. Claudia Hahn -Pregoeira

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ-SC
AVISO DE LICITAÇÃO - RETIFICADO

Processo Adm. Nº.158/2024
Pregão Eletrônico Nº 158/2024
Tipo: Menor Preço por item
Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM FORNECIMENTOS DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DA TROCA DE COBERTURAS NO BARRACÃO DA BR 283, SALÃO DO BAIRRO BOM PASTOR E CENTRO DE CONVIVÊNCIAS, CONFORME CRONOGRAMA, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E PROJETOS ANEXOS.**
Local: Portal de Compras Públicas
(<https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>)
Cadastro das propostas: Até 08h25min do dia 25 de novembro de 2024.
Abertura da sessão: 08h30min do dia 25 de novembro de 2024.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Porto União, nº 968, de Segunda a Sexta, das 07:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00hrs; ou plataforma eletrônica Portal de Compras Públicas, PNCP, ou no site <https://aguasdechapeco.sc.gov.br/>. INFORMAÇÕES pelo e-mail: licitacoes2@aguasdechapeco.sc.gov.br, fone (0**49) 33390855.
Águas de Chapecó-SC, 06 de novembro de 2024.
Leonir Antonio Hentges – Prefeito
5A23B99CC8D6A2337154350797E4849260050971

O MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS/SC, PA PMER 79/2024, PREGÃO ELETRÔNICO PMER 43/2024
Data da sessão: 22/11/2024 - Horário: 08h00min - Local: Portal de Compras Públicas – www.portaldecompraspublicas.com.br - Critério de Julgamento: Menor Preço por Lote Global
O objeto CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA SERVIÇO DE ENGENHARIA – MELHORIAS NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INAFANTIL PEQUENO PRINCEPE – CEI - DO MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS, DE ACORDO COM O PROJETO E DEMAIS DOCUMENTAÇÕES - Entre Rios-SC, 06 de novembro de 2024
JOÃO MARIA ROQUE - Prefeito Municipal



Assinado de forma
digital por REDE
DIARIO DE
COMUNICACAO
LTDA:24528666000185
Dados: 2024.11.06
18:43:41 -03'00'



Município de
**SANTO ANTONIO
DO SUDOESTE**

CHAMAMENTO PÚBLICO 011/2024

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS INTERESSADAS EM EFETUAR SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS PARA OS PACIENTES ENCAMINHADOS PELA REDE PÚBLICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ABRANGENDO OS SERVIÇOS DESCRITOS NO TERMO DE REFERÊNCIA

CHAMAMENTO PÚBLICO, a qualquer tempo a partir da data de publicação 08 de novembro de 2024.

Local: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE/PR

Endereço: AVENIDA BRASIL, 1431 – CENTRO

Protocolo: Protocolo do envelope de habilitação.

**MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE**

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Brasil, 1431 –centro– CEP 85.71-000

CNPJ 75.927.582/0001-55

E-mail: licitacao1@pmsas.pr.gov.br – Telefone: (46) 35638000**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO****Nº 011/2024****1 – PREÂMBULO:**

1.1. O MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob n.º 75.927.582/0001-55, através da Secretaria de Administração, sediado à Avenida Brasil nº 1431 – centro – Santo Antonio do Sudoeste Paraná, por intermédio do Excelentíssimo Prefeito Municipal, Ricardo Antonio Ortina, por meio da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 30.180/2024 e da Secretaria de Assistência Social, tornapúblico a abertura do Procedimento Auxiliar qualificado em epígrafe, adotando-se como:

1.1.1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 79, I, da Lei Federal nº 14.133/2021, Leis Complementares nº 123/2006 e 147/2014, Decreto Federal nº 11.878/2024 e demais condições fixadas neste instrumento;

1.1.2. DATA DE INÍCIO PARA RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO: 08/11/2024.

1.1.3. ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO: Os interessados em participar do presente credenciamento, deverão entregar documentação diretamente à Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de Santo Antonio do Sudoeste - Paraná, no endereço da Avenida Brasil, 1431 - Centro - Santo Antonio do Sudoeste/PR;

CREDENCIAMENTO
ENVELOPE DE DOCUMENTAÇÃO
DADOS DO INTERESSADO:
CNPJ:
ENDEREÇO:
TELEFONE:
EMAIL:

10.1. ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO: Em até 5 dias úteis após o postagem da documentação. A análise dos documentos apresentados para a inscrição no credenciamento será feita pela Comissão Permanente de Licitações, promovendo-se a desclassificação das proponentes que apresentarem os documentos exigidos no edital.

1.1.4. HIPÓTESE DE CONTRATAÇÃO: Paralela e não excludente;

1.1.5. CRITÉRIO PARA DISTRIBUIÇÃO DE DEMANDA E ORDEM DE CONTRATAÇÃO: Será feita classificação de acordo com a ordem de credenciamento. Uma vez definida a necessidade do acolhimento, a Administração convocará o credenciado na ordem cronológica de credenciamento, ficando a credenciada convocada, apta prestação de serviços com o Município.

1.1.8. REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília;

2. DO OBJETO

2.1. Credenciamento de empresas especializadas para CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS INTERESSADAS EM EFETUAR SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS PARA OS PACIENTES ENCAMINHADOS PELA REDE PÚBLICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ABRANGENDO OS SERVIÇOS DESCRITOS NO TERMO DE REFERÊNCIA, concedido através da Secretaria Municipal de Assistência Social, nos termos nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

2.2. Edital e seus anexos poderão ser obtidos através da internet pelo endereço eletrônico: www.pmsas.pr.gov.br.

**MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE**

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Brasil, 1431 –centro– CEP 85.71-000

CNPJ 75.927.582/0001-55

E-mail: licitacao1@pmsas.pr.gov.br – Telefone: (46) 35638000

2.3. As informações administrativas e técnicas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações pelo telefone nº (046) 3563-8000 e pelo e-mail: licitacao1@pmsas.pr.gov.br.

2.4. O presente credenciamento está disposto conforme segue:

Item	Relação de Itens	Quantidade	Valor	
			Estimado	Total
1	AMILASE PANCREATICA	200	R\$ 8,50	R\$ 1.700,00
2	ANTICORPOS ANTI-TIREOESTIMULANTE (TSI)	100	R\$ 15,00	R\$ 1.500,00
3	CARBONATO	100	R\$ 18,50	R\$ 1.850,00
4	CREATINA QUINASE (CKMB)	150	R\$ 12,33	R\$ 1.850,00
5	DOSAGEM DE GLICOSE URINARIA	100	R\$ 8,50	R\$ 850,00
6	DOSAGEM DE PROLACTINA	100	R\$ 25,00	R\$ 2.500,00
7	ELETROFORESE DE PROTEINAS	100	R\$ 33,33	R\$ 3.333,33
8	RADIOIMUNOENSAYO DE INSULINA	50	R\$ 40,50	R\$ 2.025,00
9	REAÇÃO DE POLIMERASE (PCR)	100	R\$ 90,67	R\$ 9.066,67
10	TESTE DE PATERNIDADE (DNA)	30	R\$ 376,67	R\$ 11.300,00
11	INFLUENZA A/B	300	R\$ 106,66	R\$ 31.998,00
12	PERFIL VIRAL	300	R\$ 150,00	R\$ 45.000,00
13	GAD	50	R\$ 151,67	R\$ 7.583,33
14	ANTI ILHOTA	100	R\$ 77,33	R\$ 7.733,33
15	ANTICORPOS ZnT8	50	R\$ 1.382,44	R\$ 69.121,75
16	ANATOMO PATOLOGICO	200	R\$ 83,33	R\$ 16.666,67
17	TACROLIMUS	50	R\$ 154,33	R\$ 7.716,67
18	IGE RAST (I71) - INSETOS - MOSQUITO COMUM	80	R\$ 35,00	R\$ 2.800,00
19	IGE ESPECÍFICO (F93) - ALIMENTOS - CACAU	80	R\$ 35,00	R\$ 2.800,00
20	IGE ESPECÍFICO (D1) - ÁCAROS -	80	R\$ 31,00	R\$ 2.480,00

**MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE**

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Brasil, 1431 –centro– CEP 85.71-000

CNPJ 75.927.582/0001-55

E-mail: licitacao1@pmsas.pr.gov.br – Telefone: (46) 35638000

	D.PTERONYSSIN			
21	IGE PAINEL (HX2) - PÓ DE CASA	80	R\$ 35,00	R\$ 2.800,00
22	IGE ESPECÍFICO (I1) - VENENOS - ABELHA	80	R\$ 35,00	R\$ 2.800,00
23	IGE ESPECÍFICO (K82) - OCUPACIONAIS - LATEX	80	R\$ 35,00	R\$ 2.800,00
24	IGE ESPECÍFICO (F92) - BANANA	80	R\$ 35,00	R\$ 2.800,00
25	IGE ESPECÍFICO MELÃO	80	R\$ 59,00	R\$ 4.720,00
26	IGE ESPECÍFICO (F329) - ALIMENTOS - MELANCIA	80	R\$ 55,00	R\$ 4.400,00
27	IGE ESPECÍFICO (F44) - MORANGO	80	R\$ 34,00	R\$ 2.720,00
28	IGE ESPECÍFICO (F25) - ALIMENTOS - TOMATE	80	R\$ 35,00	R\$ 2.800,00
29	IGE ESPECÍFICO (F2) - ALIMENTOS - LEITE	80	R\$ 37,67	R\$ 3.013,33
30	IGE ESPECÍFICO - CASEÍNA (F78)	80	R\$ 31,00	R\$ 2.480,00
31	IGE PAINEL (GX2) - GRAMÍNEAS	80	R\$ 38,33	R\$ 3.066,67
32	IGE RAST MANGA	80	R\$ 46,00	R\$ 3.680,00
33	TROPONINA CARDÍACA QUANTITATIVA	200	R\$ 75,67	R\$ 15.133,33
34	CK-MB MASSA	200	R\$ 22,33	R\$ 4.466,67
35	MIOGLOBINA	100	R\$ 79,00	R\$ 7.900,00
36	CK-TOTAL	200	R\$ 13,50	R\$ 2.700,00
Total Geral				R\$ 298.154,75

3. DO ACESSO

3.1. O acesso ao credenciamento é livre para todas as pessoas jurídicas empresas especializadas para CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS INTERESSADAS EM EFETUAR SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS PARA OS PACIENTES ENCAMINHADOS PELA REDE PÚBLICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ABRANGENDO OS SERVIÇOS DESCRITOS NO TERMO DE REFERÊNCIA, a qualquer tempo a partir da data de publicação deste edital.

**MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE****ESTADO DO PARANÁ**

Avenida Brasil, 1431 –centro– CEP 85.71-000

CNPJ 75.927.582/0001-55

E-mail: licitacao1@pmsas.pr.gov.br – Telefone: (46) 35638000

3.2. Dos inscritos que se apresentarem dentro do prazo estabelecido neste edital, a abertura dos envelopes dar-se-á em data e horário que serão comunicados mediante convocação através de publicação no Órgão de Imprensa Oficial do Município e no endereço eletrônico www.pmsas.pr.gov.br, com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

3.3. Os envelopes recebidos serão abertos na sala de reuniões do setor de licitações da Secretaria Municipal da Administração, do município de Santo Antonio do Sudoeste/PR, pela Comissão Permanente de Licitações.

4. DA INSCRIÇÃO

4.1. Os interessados deverão se inscrever apresentando os documentos elencados no item 6 do presente edital, em via original ou por qualquer processo de cópia, devendo, ser apresentadas com os respectivos originais, para autenticação por servidor deste Município.

4.2. Os interessados deverão entregar o Envelope no Departamento de Licitações do Município na sede da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Sudoeste/PR, localizada na Avenida Brasil, 1431, centro.

4.3. A abertura dos envelopes dar-se-á da forma prevista no item 3.3.

5 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste procedimento as Pessoas Jurídicas, do ramo pertinente ao objeto licitado que atendam todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

5.2. Não poderão participar do procedimento:

I - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

II - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

III - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

IV - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.2.1. O impedimento de que trata o inciso I será também aplicado ao proponente que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do proponente.

5.2.2. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.3. No cadastramento inicial, deverá apresentar declaração Unificada indicando: (MODELO ANEXO)

I- Atendimento à Leis Municipais nº 1.411/1998;

II- Declaração de Inidoneidade;

III- Declaração de Habilitação;

IV- Declaração de Cumprimento do Disposto no Inciso III do art. 7º, da Constituição da República Federativa do Brasil. Declaração De Não Utilização De Mão De Obra Infantil;

V- Declaração de Responsabilidade;

VI- Declaração de que NÃO possui impedimentos e vedações de participação e contratação pelos motivos dispostos no Art. 33 da Lei Orgânica Municipal e no Art. 9º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

VII- Declaração de ME/EPP, acrescida do comprovante de enquadramento que poderá ser realizado das seguintes formas:

**MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE****ESTADO DO PARANÁ**

Avenida Brasil, 1431 –centro– CEP 85.71-000

CNPJ 75.927.582/0001-55

E-mail: licitacao1@pmsas.pr.gov.br – Telefone: (46) 35638000

a) Quando a empresa for optante pelo Simples Nacional: comprovante da opção pelo Simples obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal; ou

b) Quando a empresa não for optante pelo Simples Nacional: prova através de documento expedido através da junta comercial (Certidão Simplificada de Micro Empresa) ou balanço patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II, do Artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

Observação: A exigência constante na alínea g somente será necessária, caso a empresa licitante tiver assinalado o regime ME/EPP no sistema e for utilizar dos benefícios contidos na Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações (Arts. 43, 44 e 45).

VIII- Declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme determina art. 62, §3º da Lei 14.133.

IX- Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, nos termos do §1º do art. 63, da Lei 14.133/2021.

5.3.1. Declaração de Condição de ME ou EPP e cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2023 (MODELO EM ANEXO)

5.3.2. A falsidade da declaração sujeitará o proponente às sanções previstas neste edital, bem como àquelas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

6 - DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Como requisito de habilitação para o credenciamento, os proponentes deverão apresentar os seguintes documentos:

6.1.1. REGULARIDADE JURÍDICA

I- Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

II- Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresase-negocios/pt-br/empreendedor>;

III- Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

IV- Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/MEN.º 77, de 18 de março de 2020.

V- Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

VI- Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

VI- Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

VII- Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

6.1.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

I – Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)

II - Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III- Prova de regularidade para com a FAZENDA FEDERAL e a SEGURIDADE SOCIAL, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da

**MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE****ESTADO DO PARANÁ**

Avenida Brasil, 1431 –centro– CEP 85.71-000

CNPJ 75.927.582/0001-55

E-mail: licitacao1@pmsas.pr.gov.br – Telefone: (46) 35638000

União, emitida pela Secretariada Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

IV - Prova de regularidade para com a FAZENDA ESTADUAL do domicílio ou sede do proponente, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;

V – Prova de regularidade para com a FAZENDA MUNICIPAL do domicílio ou sede do proponente;

VI – Certidão de Regularidade perante o FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO- FGTS, ou expedida pelo site próprio (via Internet), conforme legislação em vigor;

VI – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a JUSTIÇA DO TRABALHO, mediante a apresentação de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

VII-Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

VIII - Em cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, declaração de que não emprega em trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; conforme modelo da Declaração Unificada.

IX - Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do Inciso IV, Art.63, Lei nº 14.133 de 2021; conforme modelo da Declaração Unificada.

6.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

I- CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA/CONCORDATA ou CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL NEGATIVA da Sede da pessoa jurídica proponente, expedida pelo cartório distribuidor, com data de emissão de no máximo 90 (noventa) dias da data estipulada para abertura do certame, exceto se outra data não constar expressamente no documento.

6.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.1.4.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em seu formato original, por cópia ou por digitalização.

6.2.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

6.3. É de responsabilidade do proponente conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos até o momento da aferição dos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I- Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos proponentes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

II- Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

6.6. A verificação pela comissão de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova para fins de habilitação, nos termos do art. 15, §3º do Decreto Federal nº 11.878/2024.

6.7. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.8. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte observará o disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 123, de 14 de agosto de 2006, nos termos do art. 15, §5º do Decreto Federal nº 11.878/2024.

**MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE****ESTADO DO PARANÁ**

Avenida Brasil, 1431 –centro– CEP 85.71-000

CNPJ 75.927.582/0001-55

E-mail: licitacao1@pmsas.pr.gov.br – Telefone: (46) 35638000

6.9. Na hipótese de o proponente não atender às exigências para credenciamento, será oportunizada a nova apresentação em momento posterior.

6.9. - DO CREDENCIAMENTO

6.9.1. O credenciamento será conduzido pela comissão de contratação, conforme portaria de designação da autoridade competente.

6.9.2. Após o recebimento dos documentos para o credenciamento na forma indicada nesse edital, a comissão de contratação terá o prazo máximo de 5 dias úteis para realizar a conferência e a análise da documentação apresentada pelos proponentes, declarando-os habilitados ou inabilitados.

6.9.3. O prazo para análise e julgamento dos documentos apresentados pelo proponente poderá ser prorrogado por igual e sucessivo período, desde que previamente justificado pela comissão de contratação.

6.9.4. O credenciamento permanecerá em aberto a partir de 15/08/2024, a qualquer tempo para que qualquer interessado possa apresentar a documentação.

6.9.5. A partir do primeiro dia útil após a publicação deste edital os proponentes poderão encaminhar os documentos previstos neste instrumento, se candidatando para o credenciamento.

6.9.6. O credenciamento do proponente não constitui obrigatoriedade de contratação.

6.9.7. Todos os credenciados que se manifestarem e que atenderem às exigências do edital poderão celebrar o contrato/termo de credenciamento para a prestação do serviço, observado o seguinte critério de distribuição de demanda: PARALELA E NÃO EXCLUDENTE.

6.9.8. Todos os credenciamentos serão ratificados pela Autoridade Competente.

6.9.9. O edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração.

6.9.10. Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos arts. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.9.11. A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram, desde que não possuam vícios e/ou ilegalidades.

6.9.12. O descredenciamento poderá ser realizado nas seguintes hipóteses:

I - Pedido formalizado pelo credenciado;

II - Perda das condições de habilitação do credenciado;

III - Descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e

IV - Sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

6.9.13. O pedido de descredenciamento de que trata o inciso I não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.

6.9.12. Nas hipóteses previstas nos incisos II e III do caput, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

6.9.13. Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

6.9.14. Somente por motivo de economicidade, segurança ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.

6.9.15. Os credenciados, após convocação para assinatura do instrumento contratual ou instrumento equivalente, estarão sujeitos às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 2021, neste edital e às demais cominações legais, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

6.9.16. O mesmo interessado poderá ser credenciado para executar mais de um objeto, desde que atenda aos requisitos de habilitação em relação a todos os objetos.

7. DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

7.1. As impugnações aos termos do presente edital deverão obedecer aos critérios do artigo 164, da Lei nº 14.133/21.

8. DA PUBLICAÇÃO

8.1. A publicação do resultado do credenciamento será publicado no endereço eletrônico

**MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE**

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Brasil, 1431 –centro– CEP 85.71-000

CNPJ 75.927.582/0001-55

E-mail: licitacao1@pmsas.pr.gov.br – Telefone: (46) 35638000www.pmsas.pr.gov.br.**9. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

9.1. Aos credenciados é assegurado o direito de interposição de Recurso, nos termos do art. 165 da Lei nº. 14.133/21, o qual será recebido e processado nos termos ali estabelecidos;

9.2. O recurso limitar-se-á a questões de habilitação, considerando, exclusivamente, a documentação apresentada no ato do credenciamento, não sendo considerado documento anexado em fase de recurso;

9.3. O recurso deverá ser protocolado junto ao SETOR DE PROTOCOLO, na sede da Prefeitura Municipal, Avenida Brasil, 1431, centro, neste município, à Comissão de Licitação, ficando estabelecido prazo de até 05 (cinco) dias úteis para reconsiderá-lo ou encaminhá-lo para análise do Gestor, que terá igual prazo para análise e decisão;

9.4. Somente o responsável legal do interessado poderá interpor recursos;

9.5. Não serão aceitos recursos por via postal, fax ou correio eletrônico, nem fora dos padrões e prazos estabelecidos neste Edital;

9.6. Somente serão conhecidos os recursos tempestivos, motivados e não protelatórios;

9.7. Não serão admitidos mais de um recurso do interessado versando sobre o mesmo motivo de contestação;

9.8. E, decidido em todas as instâncias administrativas sobre os recursos interpostos, o resultado final do processo de credenciamento será divulgado por meio de Termo de Homologação pelo Município.

10. DA ASSINATURA DO CONTRATO

10.1. Homologado o objeto do presente Chamamento, através de processo de inexigibilidade de licitação, o MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE/PR, convocará os adjudicatários para assinarem o termo de contrato em até 05 (cinco) dias úteis, após a homologação da inexigibilidade, sob pena de decair do seu direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei no 14.133/21.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

Observar a forma de prestação dos serviços.

11.2. Seguir a orientação dada pelo Município, quanto à forma de prestação dos serviços.

11.3. Manter arquivo de anotações onde constem data e circunstâncias do atendimento, nome do idoso, responsável, parentes, endereços, cidade, relação de seus pertences e demais dados que possibilitem sua identificação e a individualização do atendimento.

11.4. Observar os direitos e garantias dos idosos, inclusive o respeito à liberdade de credo e a liberdade de ir e vir, desde que não exista restrição determinada no Plano de Atenção à Saúde.

11.5. Preservar a identidade e a privacidade do idoso, assegurando um ambiente de respeito e dignidade.

11.6. Promover ambiência acolhedora.

11.7. Promover a convivência mista entre os residentes de diversos graus de dependência.

11.8. Promover integração dos idosos, nas atividades desenvolvidas pela comunidade local.

11.9. Incentivar e promover a participação da família e da comunidade na atenção ao idoso residente.

11.10. Desenvolver atividades que estimulem a autonomia dos idosos.

11.11. Promover condições de lazer para os idosos tais como: atividades físicas, recreativas e culturais.

11.12. Desenvolver atividades e rotinas para prevenir e coibir qualquer tipo de violência e discriminação contra pessoas nela residentes.

11.13. Comunicar a Secretaria Municipal de Assistência Social, área responsável, imediatamente depois de detectado o caso em que o dependente não se enquadre nos objetivos desenvolvidos pela

**MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE****ESTADO DO PARANÁ**

Avenida Brasil, 1431 –centro– CEP 85.71-000

CNPJ 75.927.582/0001-55

E-mail: licitacao1@pmsas.pr.gov.br – Telefone: (46) 35638000**CONTRATADA.**

11.14. Observar que fica proibida transferir ou sub-rogar no todo ou em parte a execução das obrigações assumidas no presente Contrato.

11.15. A Instituição de Longa Permanência para Idosos deve possuir um Responsável Técnico (RT) pelo serviço, que responderá pela instituição junto à autoridade sanitária local.

11.16. Manter no quadro de pessoal, profissionais com formação específica, recursos humanos especializados, materiais e equipamentos sociais adequados compatíveis com o atendimento dos serviços assistenciais que se obriga a prestar, com vista ao alcance dos objetivos da contratação.

11.17. Informar ao MUNICÍPIO através da Secretaria Municipal de Assistência Social imediatamente, após a constatação de qualquer irregularidade decorrente da execução do presente instrumento.

11.18. Consultar preliminarmente o MUNICÍPIO através da Secretaria Municipal de Assistência Social de forma expressa, sobre qualquer alteração quanto ao atendimento prestado para que o órgão competente manifeste a sua anuência ou não em prazo não superior a 15 (quinze) dias.

11.19. Respeitar e atender rigorosamente no que couber todas as Leis Federais, Estaduais e Municipais aplicáveis a sua atividade bem como as novas exigências que venham a ser criadas por estas leis.

11.20. Atender as determinações da Secretaria Municipal de Assistência Social, transmitidas por escrito, quando tratar-se de assuntos que ofereçam questionamento quanto à execução e fiel cumprimento da contratação.

11.21. Cumprir fielmente as condições assumidas e enunciadas na contratação e de modo que os serviços objeto do presente processo licitatório sejam fornecidos nas quantidades e especificações requeridas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, de acordo com a necessidade.

11.22. Realizar os atendimentos no limite dos recursos existentes, comprometendo a empreender todos os esforços necessários no sentido de incrementar a sua execução.

11.23. É de responsabilidade da instituição fornecimento de bens de higiene e uso pessoal.

11.24. As Instituições de Longa Permanência para Idosos que vierem a se credenciar deverão manter em seu quadro de pessoal, recursos humanos com vínculo formal de trabalho, que garantam a excelência na realização das atividades contratadas no presente processo.

11.25. Desde que não acarrete interferências na realização das atividades fins da CONTRATADA, está não poderá impor quaisquer embaraços ou barreiras à fiscalização por parte da Secretaria Municipal de Assistência Social, disposto a averiguar as condições de segurança, higiene e salubridade do local onde serão prestados os serviços objeto do presente contrato.

11.26. Observar que a visita da família no local estabelecido para a execução da contratação, far-se-á mediante prévio agendamento e autorização da Secretaria Municipal de Assistência Social.

11.27. Em nenhuma hipótese poderá a credenciada cobrar diretamente do beneficiário ou de seus familiares qualquer valor relativo à prestação do serviço, nem exigir destes a assinatura de fatura ou guia de atendimento em branco.

11.28. Responsabilizar-se pela indenização de danos e prejuízos materiais ou pessoais causado ao paciente, aos órgãos da Contratante e a terceiros a eles vinculados, decorrente de ação ou omissão voluntária.

11.29. Cumprir com o disposto na RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 283, DE 26 DE SETEMBRO DE 2005.

11.30. Executar o serviço objeto do edital nos termos, prazos e condições especificados nele e seus anexos.

11.31. Não transferir a outrem a execução do objeto e demais obrigações avançadas.

11.32. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições exigidas para o credenciamento.

11.33. Fornecer todas as informações necessárias para análise e interpretação dos Laudos e relatórios de acolhimento pela Secretaria de Assistência Social.

11.34. Assumir todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria.

11.35. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como salário, instalação, transporte, alimentação, diárias, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas a seus empregados na execução do objeto, ficando a Secretaria Municipal de Assistência Social e o Município de Santo Antonio do Sudoeste/PR isento de qualquer vínculo empregatício.

11.36. Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados pela CONTRATADA, seus empregados, ou prepostos à Contratante ou a terceiros.

11.37. Notificar ao Município sobre eventual alteração de sua razão social e de mudança de



MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Brasil, 1431 –centro– CEP 85.71-000

CNPJ 75.927.582/0001-55

E-mail: licitacao1@pmsas.pr.gov.br – Telefone: (46) 35638000

diretoria, Contrato ou Estatuto, enviando, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da Junta Comercial ou do Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas.

11.38. Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados diretamente pelo CONTRATADO ou pela omissão ou inadequada prestação de serviços.

11.39. Responsabilizar-se pelo idoso internado seja por ordem judicial ou não, incluindo a responsabilidade sobre o benefício ou da contribuição previdenciária.

11.40. Os proventos recebidos pelo idoso não comprometido do interno será utilizado para custear suas despesas, juntamente com o valor pago pelo município.

11.41. Devolver o cartão do BPC, de outro benefício ou da contribuição previdenciária e demais documentos do idoso imediatamente após término da execução do serviço.

11.42. A instituição deverá dispor de atendimento médico, psicológico e de nutricionista.

11.43. A instituição deverá dispor de atendimento da área de enfermagem no que couber aos mesmos concomitantes com atendimento médico semanal quando observada a necessidade.

11.44. Oferecer atividades físicas, de convivência, jogos motivacionais, grupos de terapia ocupacional e atendimento médico.

11.45. Oferecer, no mínimo, 06 (seis) refeições com cardápio elaborado por nutricionista.

11.46. Ministras medicação conforme orientação médica, além de fornecer vestuário quando necessário e manter os cuidados com a lavagem, manutenção das roupas dos acolhidos bem como as demais roupas usufruídas pela totalidade da instituição, fornecer alimentação adequada, prestar auxílio e acompanhamento na realização de rotinas de higiene pessoal, com o asseio pela equipe de enfermagem, ambiental e de nutrição e prestar primeiros socorros quando necessário, também providenciar transporte até o hospital em caso de emergência.

11.47. Responsabilizar-se pela qualidade e durabilidade do resultado dos serviços executados;

11.48. Permitir a fiscalização dos serviços pela Secretaria Municipal de Assistência Social, em qualquer tempo, e mantê-lo permanentemente informado a respeito do andamento dos mesmos;

11.49. Providenciar imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela Prefeitura do Município de Santo Antonio do Sudoeste/PR, referentes às condições firmadas neste Termo de Referência;

11.50. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.51. Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

11.52. Ressarcir os eventuais prejuízos causados à Prefeitura do Município de Santo Antonio do Sudoeste/PR e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;

11.53. Emitir Nota Fiscal/Fatura ou outro documento que o substitua, devidamente discriminada, legível e sem rasuras;

11.54. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do serviço contratado, prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura do Município de Santo Antonio do Sudoeste/PR, cujas reclamações se obriga a atender;

11.55. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

11.56. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir.

11.57. Atender a legislação vigente aplicável ao presente objeto e posterior alteração:

- Lei Orgânica de Desenvolvimento Social (LOAS) - Lei federal 8742/1993.

- Resolução RDC/ANVISA nº 502, de 27 maio de 2021;

- Lei Municipal nº 1.411/1998 do Conselho Municipal do Idoso e suas providências.

- Demais legislações pertinentes.

- Atender normas referentes a serviços de saúde:

- RDC 222/2018 – regulamenta as boas práticas de gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde. RDC 36/2013 – institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde.

RDC 63/2011 – dispõe sobre os requisitos de boas práticas de funcionamento para os serviços de saúde. RDC 2/2011 – trata do gerenciamento de tecnologias em saúde em estabelecimentos de saúde.

RDC 50/2002 – regulamento técnico destinado ao planejamento, programação, elaboração,

**MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE****ESTADO DO PARANÁ**

Avenida Brasil, 1431 –centro– CEP 85.71-000

CNPJ 75.927.582/0001-55

E-mail: licitacao1@pmsas.pr.gov.br – Telefone: (46) 35638000

avaliação e aprovação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde.

11.58. O Credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo, desde que requerido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

11.59. São de responsabilidade exclusiva do credenciado as informações relativas a endereço, telefone e e-mail, bem como a respectiva modificação no curso do CREDENCIAMENTO ou de sua contratação, dando-se por intimada em caso de eventual tentativa frustrada de comunicação.

11.60. Prestar cuidados e garantir a proteção e o atendimento integral a idosos, a partir dos 60 (sessenta) anos.

11.61. Realizar e disponibilizar vaga para os acolhimentos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da solicitação devidamente assinada e autorizada pela Secretaria de Assistência Social.

11.62. A contratada deverá estar à disposição 24 horas por dia, de segunda a domingo e feriados.

11.64. Aceitar os idosos do Município de Santo Antonio do Sudoeste, devidamente encaminhados pela Secretaria de Assistência Social, que foram devidamente acompanhados e comprovada a real necessidade de sua institucionalização.

11.65. Fornecer todos os dados que a Secretaria de Assistência Social solicitar, quanto o envio de documentos que comprovem os valores recebidos pelo idoso.

12. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

12.1– Cumprir e fazer cumprir todas as condições e obrigações dispostas nesse Termo de Referência.

12.2 – Conferir, vistoriar e aprovar a execução do objeto pela CREDENCIADA.

12.3 - Fiscalizar a prestação dos serviços e das demais cláusulas deste termo de credenciamento.

12.4 - Comunicar por escrito a CREDENCIADA, sobre as possíveis irregularidades na prestação dos serviços para adoção de providências a fim de sanar os problemas eventualmente ocorridos.

12.5 - Atestar que as notas fiscais estejam em conformidade com este documento e encaminhá-las para pagamento.

12.6 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CREDENCIADA.

12.7 – Determinar quando cabível, as modificações consideradas necessárias e fiscalizar a perfeita execução dos procedimentos.

12.8 – Efetuar a convocação dos credenciados para contratação de acordo com as regras do edital, respeitado o critério objetivo estabelecido para distribuição da demanda, de modo a garantir a igualdade de oportunidade entre os interessados habéis a contratar com a Administração, pelo preço por ela definido (art. 9º do Decreto Federal 11.878/2024).

12.9. Poderá promover o descredenciamento, a qualquer tempo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, por razões devidamente fundamentadas em fatos supervenientes ou conhecidos após o credenciamento, que importem comprometimento da capacidade técnica, fiscal ou da postura profissional do Credenciado, ou ainda que fira o padrão ético ou operacional do trabalho, sem que caiba ao mesmo qualquer direito a indenização, compensação ou reembolso, seja a que título for.

12.10. Descredenciar aqueles que não executarem o serviço no prazo estabelecido no Termo de Referência.

12.11. Pagar pelo serviço prestado pela CREDENCIADA, de acordo com os documentos relativos à prestação de contas previsto e apresentado pela CREDENCIADA, quando autorizada e medido pelo servidor fiscalizador responsável.

12.12. A Prefeitura do Município de Santo Antonio do Sudoeste/PR, reserva-se ao direito de impugnar os serviços executados, se esses não estiverem de acordo com as especificações técnicas desse Termo de Referência.

12.13. Autorizar a excepcionalmente a institucionalização dos idosos na ILPI, após o prévio acompanhamento e a identificação do risco social ou direitos violados, em que estão esgotadas todas as possibilidades de auto sustento e convívio dos idosos com os familiares, ou seja, onde os vínculos familiares estão fragilizados ou rompidos.

13. DO LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

13.1. Os serviços deverão ser prestados na sede da empresa conforme solicitação estabelecida da Secretaria de Assistência Social.

14. DO GERENCIAMENTO DOS SERVIÇOS



MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Brasil, 1431 –centro– CEP 85.71-000

CNPJ 75.927.582/0001-55

E-mail: licitacao1@pmsas.pr.gov.br – Telefone: (46) 35638000

14.1. Caberá ao Gestor Municipal da Secretaria o gerenciamento de cotas, procedimentos e fluxo de encaminhamento de usuários para cada prestador de serviços credenciado, sendo vedado o atendimento de usuários por procura espontânea.

15. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

15.1. A vigência do contrato será de 12(doze) meses, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, através de Termo Aditivo.

16. DO ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO

26.1. O Município, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, realizará o acompanhamento da execução dos serviços credenciados por meio de auditorias, comunicações escritas, visitas e outras atividades correlatas, sob responsabilidade do fiscal designado para acompanhamento do contrato e as ocorrências deverão ser registradas em relatórios anexados ao processo da credenciada.

17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas com a execução deste edital correrão a conta de Recursos Vinculados à Secretaria de Assistência Social e estão previstas na seguinte dotação orçamentária:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2024	3310	08.001.10.301.1001.2040	820	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

18. DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento do valor acordado para execução dos serviços será realizado até o **10º dia útil do mês subsequente ao mês da prestação dos serviços**, por meio de nota fiscal, através de transferência eletrônica para a conta bancária do(a) CONTRATADO(A) indicada pelo(a) mesmo(a).

18.2. O Município efetuará o desconto dos impostos do valor contratado, conforme legislação vigente.

19. DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

19.1. O valor dos serviços poderá ser atualizado de acordo com normas federais ou com o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

20. DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

20.1. Estando as credenciadas aptas à contratação, o processo será encaminhado para elaboração do Termo de Referência visando a realização do processo de inexigibilidade de licitação, tomando-se por base no art. 79 da Lei 14.133/21, e Decreto Municipal nº 4.095/24, tendo em vista o fato de que a competição resta faticamente impossibilitada, já que é do interesse da coletividade local que o maior número possível de licitantes prestem os serviços em questão, no intuito de proporcionar melhor atendimento à população.

21. DA RECISÃO

21.1. Ocorrendo motivo que justifique, atendido em especial o interesse do CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente nos moldes da Lei nº 14.133/21, pelo CONTRATANTE a qualquer momento, mediante notificação para imediata suspensão dos serviços.

21.2. O (A) CREDENCIADO(A) poderá a qualquer tempo denunciar o ajuste, bastando, para tanto, notificar previamente a Administração, com antecedência de 30 (Trinta) dias.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Pela inexecução total ou parcial na prestação dos serviços, o Município de Santo Antonio do Sudoeste, garantida a prévia defesa, aplicar aos cadastrados as sanções previstas no art. 156 da

**MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE**

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Brasil, 1431 –centro– CEP 85.71-000

CNPJ 75.927.582/0001-55

E-mail: licitacao1@pmsas.pr.gov.br – Telefone: (46) 35638000

Lei no 14.133/21.

23. DAS PENALIDADES

23.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas ou o cumprimento em desacordo com o pactuado acarretará ao CREDENCIADO as penalidades previstas no art. 148 da lei 14.133/21 e alterações, conforme a gravidade da infração e independentemente da incidência de multa e sem prejuízo do descredenciamento.

24. DA MULTA

24.1. O MUNICÍPIO no uso das prerrogativas que lhe confere o artigo 162, da Lei 14.133/21, aplicará multa ao contratado:

24.1.1. Multa de até 1% (Um por cento) sobre o valor estimado para o contrato, pela inexecução total ou parcial dos serviços.

24.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para o contrato, pelo descumprimento da comunicação prévia do seu desligamento à Administração, com antecedência de 30 (trinta) dias.

25. DOS CASOS OMISSOS

25.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n.º 14.133/21 e dos princípios gerais de direito.

26. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

26.1. Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes da interpretação do Edital, deverão ser solicitadas ao Município de Santo Antonio do Sudoeste, Secretaria de Administração, setor de Licitações, pelo e-mail licitacoes1@pmsas.com.br ou pelo telefone (46) 3563-8000.

26.2. O Município deverá proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa desempenhar seu serviço dentro das normas contratuais; comunicar à contratada quaisquer irregularidades observadas na execução do serviço contratado e aplicar as sanções administrativas quando se fizerem necessárias.

26.3. A participação no presente processo de credenciamento implica na aceitação integral e irretratável de todas as condições exigidas neste edital e nos documentos que dele fazem parte, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor.

26.4. O presente processo de chamamento público poderá ser revogado por razões de interesse público, decorrentes de fatos supervenientes, devidamente comprovados, pertinentes e suficientes para justificar sua revogação.

26.5. Fica eleito o Foro da Comarca de Santo Antonio do Sudoeste, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste instrumento.

26.6. Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I – Termo de Referência
Anexo II – Minuta do Contrato
Anexo III – Declaração de Unificada
Anexo IV – Declaração ME/EPP

Santo Antonio do Sudoeste, 06 novembro de 2024.



MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Brasil, 1431 - centro - CEP 85.71-000

CNPJ 75.927.582/0001-55

E-mail: licitacao1@pmsas.pr.gov.br - Telefone: (46) 35638000

RICARDO ANTONIO ORTINA

Prefeito Municipal

**MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE**

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Brasil, 1431 –centro– CEP 85.71-000

CNPJ 75.927.582/0001-55

E-mail: licitacao1@pmsas.pr.gov.br – Telefone: (46) 35638000**ANEXO I****TERMO DE REFERÊNCIA – TR****INTRODUÇÃO**

Conforme a Lei nº 14.133, de 2021, o Termo de Referência é o documento necessário para a contratação de bens que deve conter determinados parâmetros e elementos descritivos. Tal exigência se torna explícita no Art. 6º, inciso XXIII, alíneas de 'a' a 'j'. Em conformidade com as normas e princípios que regem a Administração Pública, para tanto apresentamos o pertinente Termo.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (Art. 6º, inciso XXIII, alínea 'a', da Lei nº 14.133/2021).

Chamada Pública tem por finalidade o CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS INTERESSADAS EM EFETUAR SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS PARA OS PACIENTES ENCAMINHADOS PELA REDE PÚBLICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ABRANGENDO OS SERVIÇOS DESCRITOS NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO IX).

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

Tais exames são necessários para diagnósticos de diversas patologias, e os mesmos não possui nenhuma empresa credenciados pelo CONSUD (Consórcio Intermunicipal de Saúde) impossibilitando a autorização pelo município. A contratação deste serviço possibilita mais precisão de diagnóstico, com uma maior agilidade e eficiência. Ressaltamos que, foi realizado a cotação de prestador de serviço local para melhor agilidade nos exames, bem como, a base de tabela SUS esta muito desatualizada e nem no chamamento do Consórcio Intermunicipal de Saúde (CONSUD) não há prestadores de serviços credenciados com os preços ali praticados, justificando a necessidade de cotação de preços de fornecedor.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO. (Art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', da Lei nº 14.133/2021). (Art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', da Lei nº 14.133/2021).

A solução envolve a contratação de serviços de coleta e análise de exames laboratoriais, sendo que a empresa credenciada deverá disponibilizar o profissional para coleta nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde, bem como, quando necessário coletar em seu próprio espaço físico. A empresa contratada será responsável por todos os aspectos operacionais e administrativos relacionados à prestação dos serviços, assegurando a manutenção contínua da qualidade e o cumprimento dos prazos estabelecidos.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/2021)

A empresa deve comprovar experiência na prestação de serviços similares, com apresentação de atestados de capacidade técnica, possuir um quadro de profissionais qualificados e treinados, conforme as especificações das atividades a serem desempenhadas. Cumprimento das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO, QUE CONSISTE NA DEFINIÇÃO DE COMO O CONTRATO DEVERÁ PRODUZIR OS RESULTADOS PRETENDIDOS DESDE O SEU INÍCIO ATÉ O SEU ENCERRAMENTO. (Art. 6º, inciso XXIII, alínea 'e', da Lei nº 14.133/2021).

5.1. DAS OBRIGAÇÕES São obrigações da CONTRATADA: a) Executar o objeto previsto na cláusula primeira de acordo com as condições estabelecidas neste Contrato; b) Realizar serviços com profissionais especializados, cada qual em sua especialidade, devidamente capacitados para a função, responsabilizando-se por negligência ou imperícia dos mesmos. c) Responsabilizar-se, civil e penalmente, por todo e qualquer dano causado, direta ou indireta ao CONTRATANTE ou a prepostos seus ou a terceiros, em função da execução deste Contrato, decorrentes de sua culpa ou dolo; d) Manter durante todo o período de vigência contratual, todas as condições demonstradas para a habilitação efetuada, que poderão ser solicitadas a qualquer momento pelo CONTRATANTE.

5.2. Correrão por conta da CONTRATADA: a) Todos os salários devidos aos seus empregados em razão da execução do presente Contrato; b) Alimentação, transporte e hospedagem dos seus empregados; c) Todos os tributos (contribuições previdenciárias, seguro de acidentes de trabalho e

**MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE**

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Brasil, 1431 –centro– CEP 85.71-000

CNPJ 75.927.582/0001-55

E-mail: licitacao1@pmsas.pr.gov.br – Telefone: (46) 35638000

responsabilidade civil, direito trabalhistas e outros); d) Uniformes e crachás de identificação com as quais os mesmos deverão portar nos respectivos postos de trabalho, bem como todos os EPI's e EPC's, necessários, conforme legislação vigente;

5.3. Durante a execução dos serviços e até sua conclusão correrão, exclusivamente, por conta e risco da CONTRATADA, as consequências de: a) Sua negligência, imperícia ou imprudência; b) Imperfeição ou insegurança; c) Furto, perda, roubo ou avaria de materiais, equipamentos ou instalações do CONTRATANTE;

d) Ato ilícito seu, de seus empregados, prepostos ou de terceiros e subcontratados;

e) Acidentes de qualquer natureza, com materiais, equipamentos, empregados seus ou de terceiros, observando rigorosamente a legislação de segurança do trabalho, especialmente no que tange à obrigatoriedade de utilização dos EPI's (Equipamento de Proteção Individual) e EPC's (Equipamento de Proteção Coletiva). f) Substituição imediata de qualquer profissional, sempre que houver afastamento do serviço ou a pedido do CONTRATANTE. 5.3.1. Tais fatos poderão ser considerados como inadimplemento contratual, sujeitando a CONTRATADA às sanções cabíveis, inclusive às previstas na Cláusula Oitava deste instrumento.

5.4. Prazo contratual O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato.

5.5. Prazo contratual O prazo poderá ser prorrogado por até 10(dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. DO PRAZO, FORMA E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO Os serviços deverão ser prestados de acordo com as solicitações da Secretaria solicitante, no local e horário solicitado pela demandante e terá o prazo máximo de 24 horas para dar início a cada prestação de serviço solicitado.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO, QUE DESCREVE COMO A EXECUÇÃO DO OBJETO SERÁ ACOMPANHADA E FISCALIZADA PELO ÓRGÃO OU ENTIDADE. (Art. 6º, inciso XXIII, alínea 'f', da Lei nº 14.133/2021).

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de



MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Brasil, 1431 –centro– CEP 85.71-000

CNPJ 75.927.582/0001-55

E-mail: licitacao1@pmsas.pr.gov.br – Telefone: (46) 35638000

apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (Art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei nº 14.133/2021).

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias conforme medição após a finalização do serviço prestado e emissão de empenho, mediante ordem bancária para a conta corrente indicada pelo contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021).

A seleção de fornecedores será através de Chamamento Público para credenciamento, onde os interessados poderão ser credenciar para prestar os serviços.

8.1 CRITÉRIO PARA DISTRIBUIÇÃO DE DEMANDA E ORDEM DE CONTRATAÇÃO: Será feita classificação de acordo com a ordem de credenciamento. Uma vez definida a necessidade dos serviços, a Administração convocará o credenciado na ordem cronológica de credenciamento, ficando a credenciada convocada, apta a prestação de serviços com o Município.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, COM OS PARÂMETROS UTILIZADOS PARA A OBTENÇÃO DOS PREÇOS E PARA OS RESPECTIVOS CÁLCULOS. (Art. 6º, inciso XXIII, alínea 'i', da Lei nº 14.133/2021).

Item	Relação de Itens	Quantidade	Valor	Valor
------	------------------	------------	-------	-------



MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Brasil, 1431 –centro– CEP 85.71-000

CNPJ 75.927.582/0001-55

E-mail: licitacao1@pmsas.pr.gov.br – Telefone: (46) 35638000

			Estimado	Total
1	AMILASE PANCREATICA	200	R\$ 8,50	R\$ 1.700,00
2	ANTICORPOS ANTI-TIREOESTIMULANTE (TSI)	100	R\$ 15,00	R\$ 1.500,00
3	CARBONATO	100	R\$ 18,50	R\$ 1.850,00
4	CREATINA QUINASE (CKMB)	150	R\$ 12,33	R\$ 1.850,00
5	DOSAGEM DE GLICOSE URINARIA	100	R\$ 8,50	R\$ 850,00
6	DOSAGEM DE PROLACTINA	100	R\$ 25,00	R\$ 2.500,00
7	ELETROFORESE DE PROTEINAS	100	R\$ 33,33	R\$ 3.333,33
8	RADIOIMUNOENSAIO DE INSULINA	50	R\$ 40,50	R\$ 2.025,00
9	REAÇÃO DE POLIMERASE (PCR)	100	R\$ 90,67	R\$ 9.066,67
10	TESTE DE PATERNIDADE (DNA)	30	R\$ 376,67	R\$ 11.300,00
11	INFLUENZA A/B	300	R\$ 106,66	R\$ 31.998,00
12	PERFIL VIRAL	300	R\$ 150,00	R\$ 45.000,00
13	GAD	50	R\$ 151,67	R\$ 7.583,33
14	ANTI ILHOTA	100	R\$ 77,33	R\$ 7.733,33
15	ANTICORPOS ZnT8	50	R\$ 1.382,44	R\$ 69.121,75
16	ANATOMO PATOLOGICO	200	R\$ 83,33	R\$ 16.666,67
17	TACROLIMUS	50	R\$ 154,33	R\$ 7.716,67
18	IGE RAST (I71) - INSETOS - MOSQUITO COMUM	80	R\$ 35,00	R\$ 2.800,00
19	IGE ESPECÍFICO (F93) - ALIMENTOS - CACAU	80	R\$ 35,00	R\$ 2.800,00
20	IGE ESPECÍFICO (D1) - ÁCAROS - D.PTERONYSSIN	80	R\$ 31,00	R\$ 2.480,00
21	IGE PAINEL (HX2) - PÓ DE CASA	80	R\$ 35,00	R\$ 2.800,00
22	IGE ESPECÍFICO (I1) - VENENOS - ABELHA	80	R\$ 35,00	R\$ 2.800,00
23	IGE ESPECÍFICO (K82) - OCUPACIONAIS – LATEX	80	R\$ 35,00	R\$ 2.800,00
24	IGE ESPECÍFICO (F92) - BANANA	80	R\$ 35,00	R\$ 2.800,00
25	IGE ESPECÍFICO MELÃO	80	R\$ 59,00	R\$ 4.720,00

**MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE****ESTADO DO PARANÁ**

Avenida Brasil, 1431 –centro– CEP 85.71-000

CNPJ 75.927.582/0001-55

E-mail: licitacao1@pmsas.pr.gov.br – Telefone: (46) 35638000

26	IGE ESPECÍFICO (F329) - ALIMENTOS - MELANCIA	80	R\$ 55,00	R\$ 4.400,00
27	IGE ESPECÍFICO (F44) - MORANGO	80	R\$ 34,00	R\$ 2.720,00
28	IGE ESPECÍFICO (F25) - ALIMENTOS - TOMATE	80	R\$ 35,00	R\$ 2.800,00
29	IGE ESPECÍFICO (F2) - ALIMENTOS - LEITE	80	R\$ 37,67	R\$ 3.013,33
30	IGE ESPECÍFICO - CASEÍNA (F78)	80	R\$ 31,00	R\$ 2.480,00
31	IGE PAINEL (GX2) - GRAMÍNEAS	80	R\$ 38,33	R\$ 3.066,67
32	IGE RAST MANGA	80	R\$ 46,00	R\$ 3.680,00
33	TROPONINA CARDÍACA QUANTITATIVA	200	R\$ 75,67	R\$ 15.133,33
34	CK-MB MASSA	200	R\$ 22,33	R\$ 4.466,67
35	MIOGLOBINA	100	R\$ 79,00	R\$ 7.900,00
36	CK-TOTAL	200	R\$ 13,50	R\$ 2.700,00
Total Geral				R\$ 298.154,75

No preço ofertado deverão estar inclusas todas as despesas, bem como todos os tributos, fretes, seguros e demais encargos necessários à completa execução do objeto.

**MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE**

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Brasil, 1431 –centro– CEP 85.71-000

CNPJ 75.927.582/0001-55

E-mail: licitacao1@pmsas.pr.gov.br – Telefone: (46) 35638000**ANEXO II
MINUTA DE CONTRATO**

Contrato de prestação de serviços nº XX/2024, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE e de outro lado XXXXX

Pelo presente instrumento particular que firma de um lado, o MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, estado do Paraná, com sede na Avenida Brasil, 1431, centro, CEP – 85.710-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.927.582/0001-55, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor RICARDO ANTONIO ORTINA e abaixo assinado, doravante designado CONTRATANTE e de outro XXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXX, sediado na cidade de XXXXX, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 14.133/21, ajustam o presente contrato em decorrência da licitação realizada através do PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº XXX/2024, resultante do CHAMAMENTO PÚBLICO 011/2024, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de exames laboratoriais para os pacientes encaminhados pela rede pública de saúde do Município de Santo Antonio do Sudoeste, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATUAL

2.1. O preço ajustado para a prestação do serviço contratado e ao qual o CONTRATANTE se obriga a adimplir e a CONTRATADA concorda em receber é de R\$ XXXXX (conforme valor total estimado no Termo de Referência).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE

3.1. As partes acima identificadas têm, entre si, justas e acertadas o presente contrato de prestação de serviços de exames laboratoriais, após a homologação do PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE N.º XXX/2024, pelas condições do Edital de Chamamento nº 011/2024 e seus anexos e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. A empresa credenciada deverá disponibilizar o profissional para coleta nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde, bem como, quando necessário, coletar em seu próprio espaço físico.

4.2. Os serviços deverão ser prestados de acordo com as solicitações da Secretaria solicitante, no local e horário solicitado pela demandante e terá o prazo máximo de 24 horas para dar início a cada prestação de serviço solicitado.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar o objeto previsto na cláusula primeira de acordo com as condições estabelecidas neste Contrato;

5.2. Realizar serviços com profissionais especializados, devidamente capacitados para a função, responsabilizando-se por negligência ou imperícia dos mesmos;

5.3. Responsabilizar-se, civil e penalmente, por todo e qualquer dano causado, direta ou indiretamente ao CONTRATANTE ou a prepostos seus ou a terceiros, em função da execução deste Contrato;

5.4. Manter durante todo o período de vigência contratual, todas as condições demonstradas para a habilitação efetuada, que poderão ser solicitadas a qualquer momento pelo CONTRATANTE;

5.5. Arcar com todos os salários devidos aos seus empregados, alimentação, transporte, hospedagem, tributos, uniformes, crachás de identificação, EPI's e EPC's necessários;

5.6. Substituir imediatamente qualquer profissional, sempre que houver afastamento do serviço ou a pedido do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1. Fiscalizar a prestação dos serviços e das demais cláusulas deste contrato;

6.2. Comunicar por escrito a CONTRATADA sobre possíveis irregularidades na prestação dos serviços;

6.3. Atestar as notas fiscais e encaminhá-las para pagamento;

6.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1. A vigência deste termo será de 12(doze) meses, contados da assinatura, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

**MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE****ESTADO DO PARANÁ**

Avenida Brasil, 1431 –centro– CEP 85.71-000

CNPJ 75.927.582/0001-55

E-mail: licitacao1@pmsas.pr.gov.br – Telefone: (46) 35638000**CLÁUSULA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO**

8.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo fiscal técnico do contrato, Sra. KARINA EMILIA SCOPEL BUGANÇA, e pelo gestor do contrato, Sr. JOÃO MARIA DE SOUZA BOENO.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas com a execução deste contrato correrão a conta da dotação orçamentária especificada no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias após a finalização do serviço prestado e emissão de empenho, mediante ordem bancária para a conta corrente indicada pelo contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

11.1. O valor dos serviços poderá ser atualizado de acordo com o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1. O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente nos moldes da Lei n.º 14.133/21, pelo CONTRATANTE a qualquer momento, mediante notificação para imediata suspensão dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas ou o cumprimento em desacordo com o pactuado acarretará à CONTRATADA as penalidades previstas no art. 155 da lei 14.133/21 e alterações, conforme a gravidade da infração e independentemente da incidência de multa e sem prejuízo do descredenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA MULTA

14.1. Poderão ser aplicadas multas conforme previsto na Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n.º 14.133/21 e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES

16.1. Qualquer alteração do presente CONTRATO será objeto de Termo Aditivo, na forma da legislação referente a licitação e contratos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

17.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1. As partes elegem o Foro do Município de Santo Antonio do Sudoeste/PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir questões oriundas do presente CONTRATO que não puder ser resolvida pelas partes interessadas.

E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente termo em três (03) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de duas (2) testemunhas, abaixo assinados.

Santo Antonio do Sudoeste, -----

Contratante

Contratado(a)

Testemunhas:

**MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE**

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Brasil, 1431 –centro– CEP 85.71-000

CNPJ 75.927.582/0001-55

E-mail: licitacao1@pmsas.pr.gov.br – Telefone: (46) 35638000**ANEXO III****MODELO DA DECLARAÇÃO UNIFICADA**

Ao

Município de Santo Antonio do Sudoeste

Comissão Especial para Credenciamento

Referente: Edital de CHAMAMENTO PÚBLICO nº 011/2024.

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do Chamamento Público, sob nº 011/2024, instaurado pelo Município de Santo Antonio do Sudoeste -PR, que:

- 1) Não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas e sob as penas da lei;
- 2) Que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a nossa habilitação e eventual contratação, e que estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3) Que não possuímos menores de dezoito anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres e que não utiliza o trabalho de menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz (no caso de pessoa jurídica);
- 4) Que não possuímos em nosso quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista (no caso de pessoa jurídica);
- 5) Que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº e CPF nº, cuja função/cargo é (sócio administrador / procurador/ diretor/ etc.), responsável pela assinatura do Contrato.
- 6) Que em caso de qualquer comunicação futura referente a este chamamento público, bem como em caso de eventual contratação, seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail: _____

Telefone: _____


Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

_____, em _____ de _____ de 2024.

(nome, CPF, RG e assinatura do representante legal)

05/2024, 08:46

Alvará



Município de Santo Antônio do Sudoeste

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DEPTO DE TRIBUTAÇÃO, CADASTRO E FISCALIZAÇÃO

ALVARÁ nº 16021/2024

O Município de Santo Antônio do Sudoeste, concede alvará de licença para:

Nome:

LUCIANA T SCHIAVINI E CIA LTDA

CNPJ/CPF:

06.118.588/0001-69

Nome Fantasia:

LABORATORIO SAO FRANCISCO

Localização:

RUA SANTOS DUMONT, 690 - QUADRA08 LOTE 48 - CENTRO CEP: 85710000 Santo Antônio do Sudoeste - PR

Atividades:

8640-2/02 - Laboratórios clínicos.

Horário de funcionamento

LABORATÓRIO

Segunda à Sexta das 07:00 às 12:00 , 13:30 às 17:30

Sábado das 07:00 às 10:00

Controle: 16021

Área Utilizada: 30,00

Emitido em

22/05/2024

Válido até

31/03/2025

Observações

O PRESENTE ALVARÁ DESTINA-SE ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE PARA AS ATIVIDADES ACIMA MENCIONADAS.

HUMBERTO AUGUSTO BRANDALISE

Assinado de forma digital por HUMBERTO AUGUSTO BRANDALISE

5

Código de Autenticação: 9ZTMH2MCMJ2XM8ARE7

Responsavel

Emissor: HUMBERTO AUGUSTO BRANDALISE

02.168.0.4/stm/stnmissaorenovacaoalvara.view.logic?modelView.idAlvara=8446&modelView.tpCadastroEmpresas=EMPRESA_MUNICIPIO

1/1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	
DIVISÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
Telefone: (0xx46) 3563 - 8002	
LICENÇA SANITÁRIA E DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL	
O Estabelecimento está autorizado a funcionar conforme Lei Municipal 1.039 de 14 de novembro de 1990 e seus regulamentos.	
ALVARÁ SANITÁRIO Nº. 83 / 2024	
PARA :	ESTABELECIMENTO DE UNIDADE DE SAÚDE
RAZÃO SOCIAL:	63 - SCHIAVINI E SCHIAVINI LTDA
NOME FANTASIA:	LABORATÓRIO SÃO FRANCISCO
C.N.P.J.:	06.118.583/0001-69
ENDEREÇO:	SANTOS DUMONT, 690
BAIRRO:	CENTRO
RAMO DE ATIVIDADE:	LABORATORIOS CLINICOS
RESPONSÁVEL:	LUCIANA TRAIANO SCHIAVINI
VALIDADE DO ALVARÁ:	30/03/2025
OBSERVAÇÕES: ESSE ALVARÁ SANITÁRIO É ÚNICO E EXCLUSIVAMENTE PARA A ATIVIDADE ECONÔMICA ACIMA DESCRITA.	

14-11-51

14-11-51

Marisa Irber Angonesi
RT Vigilância Sanitária e
do Exercício Profissional
Poderes Nº 1127/2019

Marisa Irber Angonesi
Carimbo e Licenciamento



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 06.118.588/0001-69 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 20/02/2004
NOME EMPRESARIAL LUCIANA T SCHIAVINI E CIA LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) LABORATORIO SAO FRANCISCO		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 86.40-2-02 - Laboratórios clínicos		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R SANTOS DUMONT	NÚMERO 690	COMPLEMENTO QUADRA08 LOTE 48
CEP 85.710-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
UF PR		
ENDEREÇO ELETRÔNICO LABSAOFCO@HOTMAIL.COM	TELEFONE (46) 3563-1913	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 23/10/2004	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **22/11/2024** às **07:40:54** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 035357217-45

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **06.118.588/0001-69**

Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 25/03/2025 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Secretaria do Ofício Distribuidor e Anexos de SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO – FINS GERAIS – CÍVEIS – FALÊNCIA – NEGATIVA

Certifico que revendo os livros, sistemas e arquivos de distribuição CÍVEIS, especificamente: FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL desta Secretaria, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

LUCIANA T SCHIAVINI E CIA LTDA

CNPJ: 06.118.588/0001-69

Local da Sede: Santo Antônio do Sudoeste - PR

Orientações:

Esta certidão NÃO APONTA ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome pesquisado figura como Autor(a). São apontados os feitos em tramitação cadastrados no Sistema Informatizado referente à comarca de SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

Não existe qualquer conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais.

Considera-se NEGATIVA a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do art. 8º, §2º da Resolução CNJ 121/2010.

A presente certidão menciona somente o registro de distribuição, para dados complementares do procedimento, deve-se dirigir até a Secretaria para onde foi distribuído e solicitar uma CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ.

A Busca de MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL e EMPRESÁRIO INDIVIDUAL abrange também a pessoa física.

SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE, 22 de novembro de 2024



ALFREDA
BOGESKI

Assinado de forma digital
por ALFREDA BOGESKI
Dados: 2024.11.22
13:05:42 -03'00'

Alfreda Bogeski
Distribuidor

**Valide esta certidão em <https://bit.ly/2DQEIbE>

Código Validador TJPR: CACE.8715.67HDAEHC.22



[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 06.118.588/0001-69
Razão Social: LUCIANA T SCHIAVINI E CIA LTDA
Endereço: - RUA SANTOS DUMONT - / - / SANTO ANTONIO DO SUDOESTE / PR / 85710-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

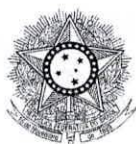
O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 12/11/2024 a 11/12/2024

Certificação Número: 2024111300121275871057

Informação obtida em 22/11/2024 07:54:37

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: LUCIANA T SCHIAVINI E CIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 06.118.588/0001-69

Certidão nº: 80483131/2024

Expedição: 22/11/2024, às 07:55:22

Validade: 21/05/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **LUCIANA T SCHIAVINI E CIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **06.118.588/0001-69**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

 14-11-51	<p align="center">Município de Santo Antonio do Sudoeste SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPTO DE TRIBUTAÇÃO, CADASTRO E FISCALIZAÇÃO</p>		
<p align="center">NEGATIVA Nº 4129 / 2024</p>			
<p align="center">IMPORTANTE:</p>		<p>1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO. 2. A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE ATÉ 22/12/2024, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.</p>	
<p>REVENDO OS ARQUIVOS E REGISTROS, CERTIFICAMOS QUE: O CONTRIBUINTE NADA DEVE À FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL RELATIVO A EMPRESA MENCIONADA ABAIXO.</p> <p align="right">Santo Antônio do Sudoeste, 22 de Novembro de 2024</p>			
<p>REQUERENTE:</p>		<p>CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: 9ZTMHH2QE54X4X43RP2</p>	
<p>FINALIDADE: CADASTRO E/OU CONCORRÊNCIA E/OU LICITAÇÃO</p>			
<p>RAZÃO SOCIAL: LUCIANA T SCHIAVINI E CIA LTDA</p>			
<p>INSCRIÇÃO EMPRESA</p> <p align="center">16021</p>	<p>CNPJ/CPF</p> <p align="center">06.118.588/0001-69</p>	<p>INSCRIÇÃO ESTADUAL</p> <p align="center">ISENTA</p>	<p>ALVARÁ</p> <p align="center">16021</p>
<p align="center">ENDEREÇO</p> <p>RUA SANTOS DUMONT, 690 - CENTRO - QUADRA08 LOTE 48 Santo Antônio do Sudoeste - PR CEP: 85710000</p>			
<p align="center">CNAE / ATIVIDADES</p> <p>Laboratórios clínicos</p>			

Responsavel

Emitido por: Carla da Rocha Dall'Onder



<div>CERTIDÃO NEGATIVA</div> <div>3899/2024</div>			
<div>1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS</div> <div>2. A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE ATÉ 04/12/2024, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.</div>			
<div>REVENDO OS ARQUIVOS E REGISTROS, CERTIFICAMOS QUE: O CONTRIBUINTE NADA DEVE À FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL RELATIVO A EMPRESA MENCIONADA ABAIXO.</div>			
<div>CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: 9ZTMHH2QEMCX4X4XEB2</div>			
<div>FINALIDADE: VERIFICAÇÃO</div>			
<div>RAZÃO SOCIAL: LUCIANA T SCHIAVINI E CIA LTDA</div>			
<div>INSCRIÇÃO EMPRESA</div> <div>16021</div>	<div>CNPJ/CPF</div> <div>06.118.588/0001-69</div>	<div>INSCRIÇÃO ESTADUAL</div> <div>ISENTA</div>	<div>ALVARÁ</div> <div>16021</div>
<div>CNAE/ ATIVIDADES</div> <div>Laboratórios clínicos</div>			
<div>ENDEREÇO</div> <div>RUA SANTOS DUMONT, 690 - CENTRO - QUADRA08 LOTE 48 Santo Antônio do Sudoeste - PR CEP: 85710000</div>			

Santo Antônio do Sudoeste, 04 de Novembro de 2024

ANEXO III
MODELO DA DECLARAÇÃO UNIFICADA

Ao
Município de Santo Antonio do Sudoeste
Comissão Especial para Credenciamento

Referente: Edital de CHAMAMENTO PÚBLICO nº 011/2024.

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do Chamamento Público, sob nº 011/2024, instaurado pelo Município de Santo Antonio do Sudoeste -PR, que:


- 1) Não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas e sob as penas da lei;
- 2) Que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a nossa habilitação e eventual contratação, e que estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3) Que não possuímos menores de dezoito anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres e que não utiliza o trabalho de menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz (no caso de pessoa jurídica);
- 4) Que não possuímos em nosso quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista (no caso de pessoa jurídica);
- 5) Que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a) Luciana Traiano Schiavini, Portador(a) do RG sob nº 5376470-3 e CPF nº 86119656987, cuja função/cargo é sócio administrador, responsável pela assinatura do Contrato.
- 6) Que em caso de qualquer comunicação futura referente a este chamamento público, bem como em caso de eventual contratação, seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail: laboratoriosfco@hotmail.com

Telefone: 46-35631913

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Santo Antonio do Sudoeste, em 25 de novembro de 2024.


Luciana T. Schiavini
RG 5376470-3
CPF 861196569-87

LUCIANA T SCHIAVINI E CIA LTDA
06.118.588/0001-69
R SANTOS DUMONT, 690, QUADRA 081 LOTE 48 CENTRO
SANTO ANTONIO DO SUDOESTE-PR

ANEXO V

LISTA DE PROCEDIMENTOS, EXAMES CLÍNICOS, LABORATORIAIS E DE IMAGEM A SEREM
REALIZADOS PELA EMPRESA NO CREDENCIAMENTO

Chamamento Público nº 02/2024

Nome da Empresa: LUCIANA T SCHIAVINI E CIA LTDA

CNPJ: CNPJ 06.118.588/0001-69

Endereço: RUA SANTOS DUMONT, 690 QUADRA 08 LOTE 48 CENTRO SANTO ANTONIO DO
SUDOESTE -PR

Telefone: 46 35631913

Para o processo de credenciamento, a empresa se compromete a realizar os seguintes exames
e procedimentos, conforme solicitado para o atendimento dos municípios consorciados ao
CONSUD:

Item	Relação de Itens	Quantidade	Valor Estimado	Valor Total
1	AMILASE PANCREATICA	200	R\$ 8,50	R\$ 1.700,00
2	ANTICORPOS ANTI- TIREOESTIMULANTE (TSI)	100	R\$ 15,00	R\$ 1.500,00
3	CARBONATO	100	R\$ 18,50	R\$ 1.850,00
4	CREATINA QUINASE (CKMB)	150	R\$ 12,33	R\$ 1.850,00
5	DOSAGEM DE GLICOSE URINARIA	100	R\$ 8,50	R\$ 850,00
6	DOSAGEM DE PROLACTINA	100	R\$ 25,00	R\$ 2.500,00
7	ELETROFORESE DE PROTEINAS	100	R\$ 33,33	R\$ 3.333,33
8	RADIOIMUNOENSAIO DE INSULINA	50	R\$ 40,50	R\$ 2.025,00
9	REAÇÃO DE POLIMERASE (PCR)	100	R\$ 90,67	R\$ 9.066,67
10	TESTE DE PATERNIDADE (DNA)	30	R\$ 376,67	R\$ 11.300,00
11	INFLUENZA A/B	300	R\$ 106,66	R\$ 31.998,00
12	PERFIL VIRAL	300	R\$ 150,00	R\$ 45.000,00

LUCIANA T SCHIAVINI E CIA LTDA
06.118.588/0001-69
R SANTOS DUMONT, 690, QUADRA 081 LOTE 48 CENTRO
SANTO ANTONIO DO SUDOESTE-PR

13	GAD	50	R\$ 151,67	R\$ 7.583,33
14	ANTI ILHOTA	100	R\$ 77,33	R\$ 7.733,33
15	ANTICORPOS ZnT8	50	R\$ 1.382,44	R\$ 69.121,75
16	ANATOMO PATOLOGICO	200	R\$ 83,33	R\$ 16.666,67
17	TACROLIMUS	50	R\$ 154,33	R\$ 7.716,67
18	IGE RAST (I71) - INSETOS - MOSQUITO COMUM	80	R\$ 35,00	R\$ 2.800,00
19	IGE ESPECÍFICO (F93) - ALIMENTOS - CACAU	80	R\$ 35,00	R\$ 2.800,00
20	IGE ESPECÍFICO (D1) - ÁCAROS - D.PTERONYSSIN	80	R\$ 31,00	R\$ 2.480,00
21	IGE PAINEL (HX2) - PÓ DE CASA	80	R\$ 35,00	R\$ 2.800,00
22	IGE ESPECÍFICO (I1) - VENENOS - ABELHA	80	R\$ 35,00	R\$ 2.800,00
23	IGE ESPECÍFICO (K82) - OCUPACIONAIS - LATEX	80	R\$ 35,00	R\$ 2.800,00
24	IGE ESPECÍFICO (F92) - BANANA	80	R\$ 35,00	R\$ 2.800,00
25	IGE ESPECÍFICO MELÃO	80	R\$ 59,00	R\$ 4.720,00
26	IGE ESPECÍFICO (F329) - ALIMENTOS - MELANCIA	80	R\$ 55,00	R\$ 4.400,00
27	IGE ESPECÍFICO (F44) - MORANGO	80	R\$ 34,00	R\$ 2.720,00
28	IGE ESPECÍFICO (F25) - ALIMENTOS - TOMATE	80	R\$ 35,00	R\$ 2.800,00
29	IGE ESPECÍFICO (F2) - ALIMENTOS - LEITE	80	R\$ 37,67	R\$ 3.013,33
30	IGE ESPECÍFICO - CASEÍNA (F78)	80	R\$ 31,00	R\$ 2.480,00
31	IGE PAINEL (GX2) - GRAMÍNEAS	80	R\$ 38,33	R\$ 3.066,67
32	IGE RAST MANGA	80	R\$ 46,00	R\$ 3.680,00
33	TROPONINA CARDÍACA QUANTITATIVA	200	R\$ 75,67	R\$ 15.133,33

LUCIANA T SCHIAVINI E CIA LTDA
06.118.588/0001-69
R SANTOS DUMONT, 690, QUADRA 081 LOTE 48 CENTRO
SANTO ANTONIO DO SUDOESTE-PR

34	CK-MB MASSA	200	R\$ 22,33	R\$ 4.466,67
35	MIOGLOBINA	100	R\$ 79,00	R\$ 7.900,00
36	CK-TOTAL	200	R\$ 13,50	R\$ 2.700,00
Total Geral				R\$ 298.154,75

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, em 25 de Novembro de 2024.

LUCIANA TRAINO SCHIAVINI
REPRESENTANTE LEGAL
RG. nº 5.367.470-3 SSP/PR
CPF/MF nº 861.196.569-87



LABORATÓRIO SÃO FRANCISCO

ANÁLISES CLÍNICAS

Município de Santo Ant. do Sudoeste

PR

RECEBIDO

EM 25 / 11 / 2024

Horário: 15:40

AA
Comissão de Licitações

**CREDENCIAMENTO
ENVELOPE DE DOCUMENTAÇÃO**

LUCIANA T SCHIAVINI E CIA LTDA

CNPJ: 061185880001-69

ENDEREÇO: Rua Santos Dumont, 690

TELEFONE: 46 3563 1913

EMAIL: laboratoriosfco@hotmail.com

Rua Santos Dumont, 690 - Esquina com Av. Percy Schreiner - 85710-000 - Santo Antonio do Sudoeste - Fone (46) 3563-1913

e-mail: laboratoriosfco@hotmail.com

**MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE**

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Brasil, 1431 –centro– CEP 85.710-000

CNPJ 75.927.582/0001-55

E-mail: licitacao1@pmsas.pr.gov.br – Telefone: (46) 3563-8000**ATA 01 DE RECEBIMENTO DE ENVELOPE PARA CREDENCIAMENTO, DA
CHAMADA PÚBLICA Nº 011/2024 de 08 DE NOVEMBRO DE 2024**

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro de dois mil e vinte quatro, às 15:40 horas, na sala de licitação da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Sudoeste, Estado do Paraná, reuniram-se os servidores municipais, CARLA DA ROCHA DALL'ONDER, NATALICIA FRANCISCONI PASTÓRIO e CESAR AUGUSTO ORTEGA, membros que integram a Comissão de Licitações nomeada pela Portaria nº 30.181/2024, para sob a presidência do primeiro, receber, protocolar e posteriormente abrir e julgar documentação de que trata a **CHAMADA PÚBLICA DE Nº 011/2024**, de 08/11/2024, que tem por objeto, Chamada Pública para credenciamento de pessoas jurídicas interessadas em efetuar serviços de exames laboratoriais para os pacientes encaminhados pela rede pública de saúde do município de Santo Antonio Do Sudoeste, abrangendo os serviços descritos no termo de referência. Sendo:

NOME DO PROPONENTE	RELAÇÃO DE EXAMES	CNPJ
LUCIANA T SCHIAVINI E CIA LTDA	AMILASE PANCREATICA ANTICORPOS ANTI-TIREOESTIMULANTE (TSI) CARBONATO CREATINA QUINASE (CKMB) DOSAGEM DE GLICOSE URINARIA DOSAGEM DE PROLACTINA ELETROFORESE DE PROTEINAS RADIOIMUNOENSAIO DE INSULINA REAÇÃO DE POLIMERASE (PCR) TESTE DE PATERNIDADE (DNA) INFLUENZA A/B PERFIL VIRAL GAD ANTI ILHOTA ANTICORPOS ZnT8 ANATOMO PATOLOGICO TACROLIMUS IGE RAST (I71) - INSETOS - MOSQUITO COMUM IGE ESPECÍFICO (F93) - ALIMENTOS - CACAU IGE ESPECÍFICO (D1) - ÁCAROS - D.PTERONYSSIN IGE PAINEL (HX2) - PÓ DE CASA IGE ESPECÍFICO (I1) - VENENOS - ABELHA IGE ESPECÍFICO (K82) - OCUPACIONAIS - LATEX IGE ESPECÍFICO (F92) - BANANA IGE ESPECÍFICO MELÃO IGE ESPECÍFICO (F329) - ALIMENTOS - MELANCIA IGE ESPECÍFICO (F44) - MORANGO IGE ESPECÍFICO (F25) - ALIMENTOS - TOMATE IGE ESPECÍFICO (F2) - ALIMENTOS - LEITE IGE ESPECÍFICO - CASEÍNA (F78) IGE PAINEL (GX2) - GRAMÍNEAS IGE RAST MANGA TROPONINA CARDÍACA QUANTITATIVA CK-MB MASSA MIOGLOBINA CK-TOTAL	CNPJ: 06.118.588/0001-69

Esta apresentou o envelope com os "Documentos para Credenciamento", em que a



MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Brasil, 1431 –centro– CEP 85.710-000

CNPJ 75.927.582/0001-55

E-mail: licitacao1@pmsas.pr.gov.br – Telefone: (46) 3563-8000

proponente optou em não comparecer para abertura do envelope. Inicialmente, foi rubricado o envelope contendo os documentos de Credenciamento, após aberto o envelope constatando-se que a documentação estava em conformidade com o solicitado no edital, pela observação feita pela Comissão, a mesma foi considerada CREDENCIADA. Não havendo mais nenhum interessado será realizado a classificação conforme item 6.9.2. do edital. Nada mais havendo a constar eu, NATALICIA FRANCISCONI PASTÓRIO, Secretária desta Comissão de Licitação, lavrei a presente ATA a qual será assinada por mim, pelos demais membros desta Comissão de Licitações.

Carla R Dall Onder

CARLA DA ROCHA DALL ONDER

Presidente Comissão de Licitações

Natalicia Francisconi Pastório

NATALICIA FRANCISCONI PASTÓRIO - Secretária

Cesar Augusto Ortega

CESAR AUGUSTO ORTEGA- Membro